

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PROCESSO DE EXPANSÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO  
MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE**

**Edivania Coan**

**Florianópolis, outubro de 2008.**

**EDIVANIA COAN**

**O PROCESSO DE EXPANSÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO  
MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

**FLORIANÓPOLIS, 2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## **O PROCESSO DE EXPANSÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para a obtenção de carga horária na disciplina CNM5420 – Monografia.

**Por:** Edivania Coan

**Orientador:** Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques.

**Área de Pesquisa:** Mercado de Trabalho

Palavras Chaves:

1. Mercado de Trabalho
2. Trabalho Feminino
3. Gênero

Florianópolis, outubro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ à aluna Edivania Coan na disciplina CNM5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Profº Dr. Helton Ricardo Ouriques  
Presidente

---

Profº Dr. Valdir Alvin  
Membro

---

Profº Dr. Jaime César Coelho  
Membro

*“Dedico este trabalho a meus pais que estiveram sempre presentes no decorrer de minha trajetória acadêmica me dando incentivo, ensinando a ter persistência e com palavras de conforto, nas horas mais difíceis não permitiram que eu desistisse dos meus sonhos. Esta conquista é de vocês”.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado serenidade, vontade de lutar, de seguir em frente e realizar este sonho.

Aos meus amados pais, meus verdadeiros heróis, meus exemplos de vida.

A você mãe que por inúmeras vezes me viu chorando, nervosa, ansiosa e não cansou de me dizer:

- Calma falta pouco! Vai dar tudo certo!

A você meu querido pai, que com seu jeitinho de ser, de batalhar e não desistir jamais fez-me sentir forte e determinada.

A minha amada irmã Elaine, que é meu exemplo de garra, determinação e superação.

Ao meu cunhado José e meu sobrinho querido Cristhian.

Aos meus irmãos Fabrício e Fabiano que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu grande amor Wagner, a você que acompanhou a minha trajetória toda, obrigada pela paciência, compreensão nesta fase tão conturbada da minha vida. Sou muito grata a todo o apoio recebido, às palavras de incentivo e de motivação. Quero que saibas que nos momentos mais difíceis, nas horas de aflição era em você que encontrava tranquilidade e paz. Com suas palavras eu me sinto mais forte, capaz e segura.

A vocês meus queridos amigos, Amanda e Rafael que estiveram sempre disponíveis para ler e dar sugestões, o meu muito obrigado.

Aos meus amigos e amigas: Carolina, Alessandra, Jair, Matheus, Ana Carla, Leandro

Ao meu orientador prof. Helton pela ajuda, pela paciência em salientar minhas dúvidas, pelas sugestões e críticas.

De modo geral a todos os professores que tive o privilégio de conhecer e que contribuíram para o meu crescimento.

## RESUMO

COAN, Edivania. *O Processo De Expansão Da Participação Feminina No Mercado de Trabalho Catarinense*. 2008, 81 páginas. Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

As últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI foram marcadas por profundas transformações na esfera econômica mundial. A globalização em conjunto com a disseminação da chamada Revolução Tecnológica, fez com que a inovação, o conhecimento, a informação e a comunicação se tornassem matérias-primas fundamentais e indispensáveis ao desenvolvimento. A abertura comercial das economias aumentou a concorrência entre os países e entre as empresas pela ocupação de espaços no mercado mundial. A busca por redução de custos de produção e aumento da produtividade provocou a substituição de muitos postos de trabalho humano por máquinas sofisticadas, que possibilitaram um aumento na produção e conseqüentemente uma elevação nos índices de desemprego. O presente estudo objetiva apresentar as conseqüências das transformações ocorridas nas economias globais sobre o mercado de trabalho. As mudanças sofridas pelo mercado de trabalho causaram um impacto profundo na organização da produção, nas relações de trabalho e na maneira de gerir o trabalho. Dentre o conjunto de transformações vividas pelo mercado de trabalho pode-se destacar: aumento dos assalariados no setor de serviços; crescente exclusão de jovens com idade para ingressar no mercado de trabalho, mas que sem perspectiva de emprego acabam se sujeitando a trabalhos precários ou, aumentando o número de desempregados e a maciça inserção das mulheres na composição da força de trabalho. O foco central deste estudo se concentra na mulher no mercado de trabalho, apontando para suas conquistas e os desafios que enfrentam diariamente.

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>X</b>
 <b>1. PROBLEMÁTICA.....</b>	 <b>11</b>
1.1.    Objetivos.....	17
1.1.1.    Geral.....	17
1.1.2.    Específico .....	17
1.2.    Metodologia.....	18
 <b>2. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO SISTEMA ECONÔMICO GLOBAL.....</b>	 <b>20</b>
2.1.    Introdução.....	20
2.2.    A Globalização e seus Impactos sobre o Processo de Reestruturação Produtiva.....	20
2.3.    O Mercado de Trabalho Brasileiro na Década de 90.....	25
2.4.    Divisão Sexual do Trabalho.....	31
2.5.    Abordagens sobre a Mulher no Mercado de Trabalho.....	34
2.6.    O Processo de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho.....	35
2.7.    Qualificação e Defasagem Salarial.....	42
2.7.1.    Discriminação racial.....	45
2.7.2.    Duplas jornadas de trabalho.....	48
 <b>3. O MERCADO DE TRABALHO FEMININO EM SANTA CATARINA.....</b>	 <b>53</b>
3.1.    Introdução.....	53
3.2.    O Mercado de Trabalho Formal Catarinense.....	53
3.3.    A Mulher Catarinense no Mercado de Trabalho.....	57
3.3.1.    Nível educacional e remuneração da mulher catarinense.....	59
3.4.    Setores de atividade onde a participação feminina é mais expressiva no Estado.....	64
3.5.    A Mulher Catarinense na Terceirização.....	65
3.6.    A Mulher e a Jornada de Trabalho em Santa Catarina.....	68
 <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>72</b>
 <b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	 <b><u>75</u></b>



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Renda média (em Reais de 2002) dos trabalhadores ocupados, com rendimentos por anos de escolaridade, em 1992 e 2002, e variação no período (em %). ....	29
<b>GRÁFICO 2</b> – Brasil: Evolução da taxa de desemprego por nível de escolaridade, 1992 e 2002.....	30
<b>GRÁFICO 3</b> – Divisão Sexual do Trabalho no Brasil em 2001.....	33
<b>GRÁFICO 4</b> – Taxa de Fecundidade no Brasil – 1940/2000.....	38
<b>GRÁFICO 5</b> – Evolução da Taxa de Fecundidade Total, Brasil e Grandes Regiões – 1940/2000.....	39
<b>GRÁFICO 6</b> – Distribuição das mulheres ocupadas segundo os anos de estudo em janeiro de 2003 e de 2008 (%). ....	43
<b>GRÁFICO 7</b> – Número médio das horas gastas em afazeres domésticos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e tipo de família, no Brasil em 2005.....	51
<b>GRÁFICO 8</b> – Evolução do Índice de Emprego em Santa Catarina (set/92 à nov/98).....	56

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> – Situação da mulher no mercado de trabalho global em 2005.....	16
<b>TABELA 2</b> – Comparação de Rendimentos Mensais Padronizados por 40 horas de trabalho em Setembro de 1998.....	47
<b>TABELA 3</b> – Número médio de horas gastas em afazeres domésticos das pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas por grupos de idade segundo o sexo e as Grandes Regiões -2005.....	52
<b>TABELA 4</b> – Flutuação Anual do Emprego Formal em Santa Catarina Período: 1990 a 1998.....	55
<b>TABELA 5</b> – Distribuição dos Postos Formais de Trabalho segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2006.....	58
<b>TABELA 6</b> – Distribuição Percentual dos postos formais de trabalho, segundo gênero e remuneração em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999.....	61
<b>TABELA 7</b> – Remuneração Média em dez/2005 por gênero e diferencial salarial Santa Catarina.....	63
<b>TABELA 8</b> – Distribuição e participação por gênero nos postos formais de trabalho dos setores da atividade econômica em Santa Catarina nos anos de 1990 e 1999.....	65

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OIT – Organização Internacional do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PEA – População Economicamente Ativa

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

## 1. PROBLEMÁTICA

As últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI foram marcadas por profundas transformações na esfera econômica mundial. *“A associação da tecnologia da informática com as telecomunicações e a posterior queda das barreiras comerciais propiciaram o acirramento da concorrência entre as nações”* e conseqüentemente tornaram as economias globais muito mais vulneráveis e interdependentes. (GELINSKI e RAMOS, 2004).

A globalização (...) vem avançando através da informática (computação e microeletrônica), das telecomunicações, da biotecnologia e da engenharia genética, da invenção de novos materiais etc. A revolução tecnológica substituiu matérias-primas e insumos elaborados por novos materiais artificiais, muito mais eficazes, versáteis e baratos. Em geral, reduziu drasticamente a quantidade de insumos por produto final. A biotecnologia propiciou produtividade muito maior da agropecuária. (GORENDER, 1995, pág. 1-2).

A abertura comercial das economias aumentou a concorrência entre os países e entre as empresas pela ocupação de espaços no mercado mundial. A busca por redução de custos de produção e aumento da produtividade provocou a substituição de muitos postos de trabalho humano por máquinas sofisticadas, que possibilitaram um aumento na produção e conseqüentemente uma elevação nos índices de desemprego

Um dos efeitos da globalização é a introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização e de gestão para elevar a produtividade, que são acompanhadas normalmente por uma redução do emprego. A nova estrutura empresarial é no sentido de aumentar a competitividade do seu negócio, aumentando o nível de valor adjunto e diminuindo o custo do trabalho. (SANDEN, 2005, pág. 2)

Dentro do conjunto de transformações ocorridas na economia mundial o mercado de trabalho merece destaque. *“A passagem do século XX para o século XXI acompanhada de uma série de mudanças histórico – políticas e aliadas ao fenômeno da globalização estão trazendo diversas transformações no mercado de trabalho”*. Estas transformações podem ser observadas no âmbito da estrutura produtiva, no modo de organização, na estrutura ocupacional e até mesmo no que se refere às relações de trabalho. (NAGEM, 2003)

*“A sociedade encontra-se organizada em torno do trabalho, que é o elo entre a família e a comunidade, e ter um emprego é fundamental para que os indivíduos tenham acesso aos bens e serviços que lhes permitam uma vida equiparável a média da sociedade”*.

Por este motivo qualquer mudança que envolve o mercado de trabalho poderá implicar em mudanças na estrutura familiar assim como na própria estrutura social. (GELINSKI; RAMOS, 2004)

O fordismo, modo de organização do processo produtivo, que se caracteriza pela produção em massa de produtos homogêneos, está sendo substituído pela técnica de organização toyotista, caracterizada pela produção flexível, que ocorre de acordo com a demanda do mercado. Neste novo modo de organização produtiva que passou a vigorar, a categoria emprego vem perdendo espaço. *“Estamos presenciando a época da informalização do trabalho caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos assalariados do call center, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial...”*. E deve-se ressaltar que *“o mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista”*. (NAGEM, 2003; ANTUNES, 2006; ANTUNES e ALVES, 2004)

Na era das economias globalizadas surge uma *“Nova Divisão Internacional do Trabalho”* que, de certo modo, impõem maiores obstáculos aos países com menor capacidade de desenvolvimento e difusão de novas tecnologias. Por este motivo *“os países pobres tendem a concentrar maior geração de postos de trabalho de baixa qualidade”*, enquanto os países ricos tendem a oferecer postos qualificados e com melhores remunerações. (POCHMANN, 2001)

Em termos de mercado de trabalho, a globalização tem se traduzido em flexibilização das relações de trabalho, precarização e surgimento de novas relações de trabalho. Na tentativa de reduzir custos, as empresas adotam formas alternativas (ao modelo fordista) de contratação: trabalho em meio expediente, trabalho a domicílio ou terceirização. Junto com essas novas modalidades de contratação, em que a categoria emprego perde a sua centralidade, as formas precárias de trabalho ganham destaque com aumento da informalidade, redução de salários e aumento de horas de trabalho. (GELINSKI; RAMOS, 2004, pág. 141).

Tendências apontam para transformações importantes no mercado de trabalho moderno. Entre elas pode-se destacar: aumento dos assalariados no setor de serviços; crescente exclusão de jovens com idade para ingressar no mercado de trabalho, mas que *“sem perspectiva de emprego”* acabam se sujeitando a trabalhos precários ou, aumentando o número de desempregados; juntamente com a exclusão dos jovens está à exclusão dos *“trabalhadores considerados idosos pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho”*; o

trabalho em domicílio também é uma das novidades deste novo mercado de trabalho. Fazendo aumentar ainda mais o contingente de trabalhadores que vivem na informalidade. (ANTUNES e ALVES, 2004)

Este conjunto de mudanças gerou um aumento da “*insegurança no emprego, da desigualdade salarial, desemprego estrutural, subemprego*”, assim como gerou uma elevação dos índices de trabalho informal e “*conseqüentemente uma diminuição do poder de negociação dos salários e de condições de trabalho por parte dos sindicatos*”.

(SANDEN, 2005).

O mercado de trabalho atual difere muito do de algumas décadas atrás. O trabalhador que antes permanecia por muitos anos no mesmo emprego, que na maioria das vezes não possuía instrução alguma e geralmente estava amparado por um sindicato. Foi substituído por um trabalhador mais qualificado, que permanece um período menor de tempo no emprego, é muito mais individualizado, pois na maioria das vezes não pertence a nenhum movimento sindical, o que o torna frágil e subordinado ao modo de produção capitalista.

Além de todas as transformações citadas acima, “*outras mudanças são visíveis no mercado de trabalho internacional. Entre elas, a crescente participação das mulheres no trabalho, principalmente nas atividades de tempo parcial*”. Porém esta expansão do trabalho feminino, observada nas últimas décadas, não foi acompanhada de semelhante expansão salarial. Muito pelo contrario. As mulheres ainda possuem níveis salariais inferiores aos dos homens e situação semelhante ocorre quando o assunto é direito social e trabalhista onde elas são tratadas com desigualdade, perante os homens. (ROSSO, 1996; ANTUNES e ALVES, 2004).

A entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerada deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e “globalização” da economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros. (JOFFER, 2008, pg. 1)

O fato de serem educadas desde a infância para os afazeres domésticos faz com que elas desempenhem facilmente algumas funções que para a maioria dos homens são penosas. Funções estas que dependem de destreza, atenção e habilidade além de muita paciência, pois geralmente são repetitivas e cansativas. Isso faz com que a produtividade feminina nestas funções seja superior à masculina. A situação da mulher no mercado de trabalho, ainda que muito complicada e com muitos preconceitos, não é pior porque existem tarefas das quais as

elas possuem as habilidades necessárias e onde os homens não conseguem efetuar com a mesma agilidade e perfeição. Isso garante a mulher um espaço no mercado de trabalho que dificilmente será ocupado pelo homem. . (Hirata, 2002)

Vale ressaltar que as mulheres ainda desempenham uma dupla jornada de trabalho são mães, esposas e responsáveis pelos afazeres domésticos dentro do lar, e profissionais empenhadas, fora deste. Este enorme contingente de mulheres que busca oportunidade no mercado de trabalho pode estar motivado pelo desejo de realização profissional ou pela necessidade de assumir a posição de chefe de família e arcar, assim, com as responsabilidades da educação e sustento da prole.

*“Desde o final dos anos 40, as mulheres de todo o mundo vêm ingressando em massa em um mercado de trabalho em constante mudança”* e que se revela cada vez mais seletivo. *“A mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar comandante dela em algumas situações”*, permitindo assim que a estrutura familiar começasse a ser modificada. A entrada da mulher no mercado de trabalho fez com que aquela família tradicional, que tinha na figura do homem o responsável pelo sustento e satisfação das necessidades humanas e na figura da mulher a responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com filhos e marido, fosse modificada. A mulher exercendo uma atividade econômica passaria a ter condições de assumir a posição de chefe do lar, quando necessário, e o homem, em casos extremos, também poderia assumir o posto das mulheres. (DIEESE, 1997; PROBST, 2005)

Mas foi a partir do início da década de 70, principalmente no Brasil, que *“intensificou-se a participação das mulheres na atividade econômica em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização”*. A década de 80 foi marcada por uma continuação deste processo de expansão da força de trabalho feminina. Já nos anos 90 tem-se todo o processo de abertura comercial, marcado por baixos investimentos e pela terceirização da economia e mesmo neste contexto adverso as mulheres conseguiram manter esta tendência de inserção no mercado de trabalho, porém, *“incrementa-se, nessa última década, o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina.”*. (HOFFMANN, LEONE, 2004)

Este processo de expansão da força de trabalho feminino foi acompanhado por algumas mudanças no perfil etário das trabalhadoras. Se na década de 70 a força de trabalho feminino era composta, em sua maioria, por jovens, solteiras e com pouca ou nenhuma instrução. Nos anos 80 as trabalhadoras tinham idade acima de 25 anos, eram, em alguns

casos, chefes de família e na maioria casadas, além de possuírem um grau mais elevado de instrução e níveis de renda mais altos. Nos anos 90 houve uma continuação deste padrão e o mercado de trabalho feminino ficou mais “adulto”, ou seja, as mulheres mais velhas passaram a ocupar mais postos de trabalho do que as mais jovens. (HOFFMANN, LEONE, 2004)

No princípio elas objetivavam complementar a renda familiar, ou, em alguns casos, assumir as responsabilidades de chefes de família. Mas com o passar do tempo, elas perceberam seus potenciais e foram mais além, passaram a buscar novos horizontes, sonhar mais alto. Passaram a lutar pela conquista de postos de trabalho até então dominados por trabalhadores do sexo masculino. E atualmente *“não há um único gueto masculino que ainda não tenha sido invadido pelas mulheres. não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho”*, e isso pode ser observado nos países desenvolvidos e também nos países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, onde a população feminina vem conquistando muitos postos de trabalho, até então, dominados por homens. (PROBST, 2005)

Porém, a expansão da força de trabalho feminina *“tem se verificado nos trabalhos mais precários marcados por uma informalidade muito forte, com desníveis salariais mais acentuados em relação aos homens”*, além de trabalharem por jornadas mais prolongadas. Além do fato, citado anteriormente, delas desempenharem duplas jornadas de trabalho, dentro e fora de casa. O que torna evidente que elas são duplamente exploradas pelo capital. Primeiro porque realizam uma jornada de trabalho fora de casa, segundo porque consomem horas decisivas de sua vida particular na execução do trabalho doméstico. (ANTUNES, 2002).

As mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que realizam atividades econômicas. Estando ou não no mercado, todas as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas nas estatísticas, que as classifica como “inativas”. (BRUSCHINI, 1998, pag. 2).

Não bastasse isso, as mulheres ainda sofrem discriminações no mercado de trabalho e também na sociedade na qual estão inseridas. As discriminações estão, principalmente, no acesso aos postos de trabalho. Para a força de trabalho feminina *“têm sido reservadas as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto que aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, permanecem reservadas ao trabalho masculino”*. As mulheres sempre foram submetidas à execução de tarefas onde o nível tecnológico é muito baixo e a intensidade de trabalho é elevada, enquanto

que as atividades que envolvem procedimentos técnicos, como o controle e manipulação de máquinas sofisticadas são reservados aos homens. (ANTUNES, 2002; HIRATA, 2002)

A discriminação é sentida também pelas mulheres casadas quando tentam uma colocação no mercado de trabalho. Elas, geralmente, são submetidas a cargos de níveis baixos, sendo que para as solteiras são disponibilizados cargos superiores e mais qualificados. Em países como Japão, França e até mesmo o Brasil, a preferência pela mão-de-obra feminina é maior entre as mulheres solteiras, jovens e sem filhos, havendo assim uma exclusão das mulheres casadas e com idades mais avançadas, salvo algumas exceções. (HIRATA, 2002).

As mulheres trabalhadoras enfrentam toda sorte de dificuldades: sua remuneração é mais baixa, há discriminação para o acesso aos postos de trabalho, para a ascensão profissional e até para o próprio exercício do trabalho. Sobre as mulheres recaem ainda quase todas as tarefas domésticas e de criação dos filhos. Além disso, não existe suporte social adequado para a saúde, a educação, a maternidade e a infância. Da perspectiva dos trabalhadores, não se pode imaginar a elevação do padrão de vida e a existência de uma real igualdade de oportunidades para todos sem que as questões que afetam as mulheres sejam resolvidas. (DIEESE, 1997, pag.1)

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU, apud Moraes 2005), a realidade das mulheres no cenário mundial é a apresentada pela TABELA 1:

**TABELA 1 – Situação da mulher no mercado de trabalho global em 2005.**

➤ a) as mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado no mundo e recebem 1/3 dos salários;
➤ b) as mulheres são detentoras de 1/10 da renda mundial;
➤ c) as mulheres representam 2/3 dos/das analfabetas do mundo;
➤ d) as mulheres detêm menos do que 1/100 das propriedades mundiais
➤ e) dos quase 1,3 bilhões de miseráveis do mundo, 70% são mulheres

Fonte: Moraes, 2005, pag. 14- Elaboração da autora.

Além disso, cabe destacar que, são raros, embora esta realidade esteja mudando, os casos de mulheres ocupando cargos de gerência e chefia. O que se observa é uma pequena proporção da força de trabalho feminina em cargos de nível elevado, grande parte das empresas do mundo todo, são gerenciadas por homens. Mesmo nestes casos em que as



mulheres ocupam cargos de níveis hierárquicos mais elevados elas ganham menos que os trabalhadores do sexo masculino. (HIRATA, 2002).

O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro com ênfase para o estado de Santa Catarina. Apontando para as conquistas femininas assim como para os obstáculos, tais como discriminação, excesso de responsabilidades, entre outros, enfrentados pelas mulheres no decorrer destas duas décadas.

## **1.1. Objetivos**

### **1.1.1. Objetivo Geral**

O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar a evolução do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro com ênfase para Santa Catarina, no período compreendido entre os anos 1990 e 2003.

### **1.1.2. Objetivos Específicos**

Especificamente objetiva-se:

- Descrever as principais transformações ocorridas na economia mundial e principalmente na brasileira nas ultimas décadas, apontando para o papel da globalização nas mudanças dos processos produtivos e nova estrutura do mercado de trabalho.
- Relatar como ocorreu o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho nacional, procurando evidenciar as conquistas e os desafios que estas terão que enfrentar.
- Analisar a situação da mulher catarinense no mercado de trabalho, levantando a questão da educação, das diferenças salariais e das discriminações.

O estudo justifica-se por se tratar de um assunto que só recentemente ganhou destaque, seja pela imprensa, ou pelas recentes publicações sobre a temática. Portanto, torna-se evidente a necessidade de analisar mais profundamente a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho e as transformações ocorridas na estrutura deste mercado.

## **1.2. Metodologia**

Este estudo é baseado na abordagem descritiva e quantitativa e pretende compreender como se deu o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, reunindo dados e informações de como era a participação feminina neste mercado antes da década de 90, (que foi quando houve um aumento significativo de mulheres no mercado de trabalho), e a partir de 90, procurando entender como e porque as mulheres passaram a procurar espaço num mercado até pouco tempo dominado por homens, a participar de movimentos feministas e a lutar por seus direitos, até chegarem à situação atual.

A revisão da literatura, que compreende o estudo do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, será baseada em livros, artigos, dissertações, teses, internet, em dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e através de jornais e revistas de circulação nacional.

O estudo pode ser caracterizado como exploratório, pois permite o entendimento do problema específico, da inserção da mulher no mercado de trabalho, na realidade da mulher trabalhadora brasileira especialmente para a catarinense.

Os períodos utilizados na análise foram diversos, isso porque as fontes usadas foram variadas. Porém todos os dados levantados, independente do período, serviram para corroborar os argumentos usados e assim confirmá-los.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, resumidos a seguir:

Neste primeiro capítulo foram abordados a problemática, os objetivos, gerais e específicos, e a metodologia utilizada na elaboração do trabalho. No segundo capítulo será realizada uma revisão literária a cerca das transformações ocorridas, nas ultimas décadas, nas economias globais apontando para as conseqüências destas no mercado de trabalho brasileiro,

especialmente sobre o trabalho feminino. O terceiro capítulo tratará do mercado de trabalho catarinense, com foco principal na situação da mulher trabalhadora, seu nível educacional, sua remuneração, suas conquistas e desafios. Finalmente o quarto capítulo contará com as considerações finais.

## **2. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO SISTEMA ECONÔMICO GLOBAL**

### **2.1. Introdução**

O presente capítulo tem por objetivo abordar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 90. Começando por uma breve análise sobre os impactos da globalização sobre a estrutura do mercado de trabalho. O foco central está nas influências causadas por estas mudanças nas estruturas sociais, nos costumes, nos modos de organização da produção, na divisão do trabalho e nas relações oriundas desta divisão. Pretende-se, no decorrer deste capítulo, levantar questões ligadas ao processo de emancipação feminina, os obstáculos, as conquistas e os desafios que impõem nova postura da trabalhadora diante de um mercado cada vez mais competitivo.

### **2.2. A globalização e seus Impactos sobre o Processo de Reestruturação Produtiva**

Nas últimas décadas do século XX teve início um processo de profundas transformações nas esferas econômica e social a nível internacional. CASTELLS (1999) destaca que *"a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede"*. Nessa nova ordem econômica mundial, a inovação, a tecnologia e a informação passaram a desempenhar um papel fundamental na busca pela ocupação de um maior espaço no mercado mundial e a *"única forma de evitar se tornar um perdedor - seja como nação, empresa ou indivíduo - é ser o mais articulado e competitivo possível no cenário global"*. (LASTRES et al, 1998) Os autores complementam afirmando que:

esse novo paradigma inaugurou uma nova dinâmica tecnológica e econômica internacional, com a substituição paulatina de tecnologias intensivas em capital e energia e de produção estandardizada e de massa, características do ciclo de desenvolvimento anterior, para as tecnologias intensivas em informação. Neste novo padrão, o conhecimento torna-se um ativo primordial de competição, ao mesmo

tempo que vêm se impondo novas formas de organização e interação entre as empresas e entre estas e outras instituições (incluindo as de ensino e pesquisa) e favorecendo rápidas mudanças nas estruturas de pesquisa, produção e comercialização. A principal expressão organizacional deste conjunto de mudanças é a formação de redes de todo o tipo, maximizando o potencial oferecido pelos novos meios técnicos disponibilizados pelo desenvolvimento e barateamento dos bens e serviços gerados particularmente pelos setores de informática e telecomunicações. (LASTRES et al, 1998 , pag.8)

Portanto, a organização da sociedade em rede, informatizada e interconectada passou a significar:

...maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis ao trabalho, com declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores, individuação e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o Estado de Bem-Estar Social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão do capital.(CASTELLS, 1999a, pg. 21-22)

Todas essas mudanças ocorrem, principalmente, devido à globalização que pode ser entendida como resultante de inovações tecnológicas, mudanças nos modos organizacionais e institucionais, mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais. A globalização faz com que as fronteiras nacionais tornem-se, aparentemente, invisíveis e os mercados tomem proporções gigantescas. Qualquer país pode disponibilizar seus produtos para que sejam comercializados em todo o mundo, assim como comprar a matéria-prima para a fabricação de tais produtos em qualquer lugar do planeta.

Devido à inserção das economias nacionais em uma economia globalizada o termo eficiência passou a ter mais importância. A concorrência cada vez mais acirrada entre as empresas faz com que a busca incessante por redução de custos e aumento de produtividade acabe por gerar a eficiência produtiva. Essa eficiência, por um lado, é de extrema importância, pois possibilita uma redução dos preços dos produtos no mercado e aumenta a qualidade destes, mas por outro, faz com que somente as grandes corporações, as empresas altamente capitalizadas consigam manter-se no mercado, enquanto as empresas menores, pouco eficientes e sem muitos recursos acabam não tendo condições de manter-se no mercado e decretando falência. *“Através dos processos de concentração e centralização do capital os principais setores da economia são controlados cada vez mais por um pequeno grupo de empresas que fica cada vez mais poderoso”*. Essas grandes corporações originadas, na

maioria das vezes, em países altamente desenvolvidos acabam por aumentar a disparidades entre centro e periferia. (MOLLO, 1995).

Por concentrarem os investimentos em pesquisa e tecnologia nos países de origem, as grandes corporações transnacionais centralizam grande parte do poder de criação e redirecionamento geográfico dos postos de trabalho de maior qualidade e remuneração, responsáveis pelas funções de comando e planejamento. Em contrapartida, a possibilidade de organização da produção em rede mundial motiva o deslocamento de parte do processo produtivo dos países ricos para os pobres, geralmente vinculado às atividades de execução e produção, que demandam ocupações mais simples e rotineiras (POCHMANN, 2001, pag.8)

Nos países centrais são desenvolvidas as tecnologias, realizadas as P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), é onde estão concentrados os postos de trabalho mais qualificados e, conseqüentemente, melhor remunerados, Já os países periféricos:

(...) transformam-se em uma grande feira mundial de concorrência pelos menores custos de trabalho possíveis, a ser visitada por compradores de força de trabalho que representam as grandes corporações transnacionais. Quanto mais dóceis os governos, e submissos a lógica da exploração intensiva de trabalho, mais dependentes são suas políticas macroeconômicas nacionais. (POCHMANN, 2001, pag.8)

Em conjunto com o fortalecimento dos novos padrões de concorrência, em nível mundial, a globalização está provocando mudanças nas estruturas produtivas, nos modos de organizar e gerir o trabalho, e isso têm tido significativos impactos sobre o mercado de trabalho. Também é fruto desse paradigma o surgimento de formas “*diversificadas de inserção ocupacional, distintas do trabalho assalariado, típico do fordismo. Acresça-se que, em sua dimensão propriamente política, esse período se caracteriza pela adoção de políticas de cunho neoliberal, que vêm consagrando o domínio do mercado como instância reguladora privilegiada das várias esferas da sociedade*” (TONI, 2006)

Todas essas mudanças foram impulsionadas, principalmente, pela globalização que pode ser entendida como resultante de inovações tecnológicas, mudanças nos modos organizacionais e institucionais, mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais. A globalização faz com que as fronteiras nacionais tornem-se, aparentemente, invisíveis e os mercados tomem proporções gigantescas. Qualquer país pode disponibilizar seus produtos para que sejam comercializados em qualquer lugar do mundo, graças a essa abertura do comércio.

A economia brasileira, como não podia ser diferente, sofreu os reflexos dessas transformações e no decorrer das ultimas décadas enfrentou profundas mudanças.

Até o início da década de 1980 a economia brasileira tinha elevado protecionismo. Uma economia voltada à industrialização com substituição de importação e extremamente fechada ao comércio internacional. Até então se buscava o crescimento econômico através de superávits da balança comercial, assim como através do forte incentivo à indústria pesada, principalmente nos períodos de crise internacional, como foi o caso do choque internacional do preço do petróleo. (PILLATTI, 2004, pag.33)

O período compreendido entre a década de 1960 até o final da década de 1970 foi marcado por elevado crescimento econômico, incentivo à instalação de indústrias, melhorias na infra-estrutura, aumento da oferta de postos de trabalho. Embora tudo isso tenha sido possível graças ao endividamento externo, vale ressaltar que nunca na história deste país se observou tamanha proeza. O desenvolvimento econômico, com melhoria do padrão de vida da população, parecia ser somente, questão de tempo. O país avançava rumo ao progresso e ao crescimento econômico numa velocidade jamais vista e a população vivia a expectativa de um futuro promissor, com mais oportunidades e melhor qualidade de vida.

Mas logo no início da década de noventa o Brasil *“passou por um processo de liberalização comercial sem igual na sua história. Foram eliminadas barreiras tarifárias e não - tarifárias que resultou, entre outras coisas, em aumento da participação das exportações e importações no Produto Interno Bruto”*. A década de 90, de acordo com Nicolau (2002), pode ser dividida em dois períodos. Um deles compreende o período de 1990 a 1994 e destaca-se pela intensificação do processo de abertura comercial, marcado por instabilidade econômica, altos índices inflacionários e baixo crescimento do produto interno bruto. O outro que vai de 1995 até os dias atuais corresponde ao período de criação e implantação do Plano Real, caracterizado por altas taxas de importação, redução da produção nacional e, finalmente por uma estabilização econômica. (SOARES et al, 2001; PILLATTI, 2004, pag.35)

O sucesso obtido na estabilização econômica com a implantação do Plano Real se deve fundamentalmente:

(...) a abundância internacional de capitais que tornou possível tanto a implementação do Plano Real quanto a abertura comercial. Por um lado, o crescente déficit na balança comercial pode ser financiado com a entrada de capitais externos. Por outro, a elevada entrada de capitais permitiu o acúmulo de reservas condição indispensáveis para a utilização da taxa de câmbio como âncora nominal. (ARIENTI & CAMPOS, 2003 pag. 51)

De acordo com Campos e Arienti (2003), apesar do bom desempenho do Plano Real no combate à inflação o mesmo não foi observado com relação ao crescimento econômico. O Brasil não conseguiu manter as mesmas taxas de crescimento obtidas em décadas anteriores,

quando a meta era a substituição das importações. O país continuou com elevadas taxas de desemprego, muitos postos de trabalho foram substituídos por máquinas sofisticadas, que agora, com a abertura comercial, tornavam-se muito mais acessíveis as indústrias brasileiras.

A abertura comercial tornou as relações entre o Brasil e outras nações, muito mais complexas, assim como fez com que o país ficasse mais interdependente e vulnerável a crises e oscilações externas.

Concomitantemente a este processo de mudanças nas relações econômicas *entre* o Brasil e o resto do mundo, importantes transformações foram observadas nas relações econômicas entre brasileiros. Hoje, existe consenso de que houve aumento da taxa de desemprego, informalidade e produtividade no trabalho, e que as mudanças nas séries temporais dessas variáveis se deram logo após o início da abertura, sugerindo, pois que a liberalização comercial teve efeitos não – negligenciáveis sobre o mercado de trabalho. (SOARES et al ; 2001, pg. 06)

O livre fluxo de capitais parecia ser a solução mais certa para a estagnação econômica que o país enfrentava. Objetivava-se, com a livre entrada de capitais, atrair investimentos externos em plantas produtivas, aumentar a oferta de postos de trabalho; ampliar a oferta de recursos para financiamento, investir em infra-estrutura. Entretanto o que se observou, com a abertura comercial foi o processo inverso, a queda dos impostos de importação facilitou a entrada de produtos importados a preços baixos levando a uma quebra de indústrias nacionais e um aumento do número de desempregados. Os efeitos da abertura comercial foram sentidos por todos os setores da economia brasileira, mas, conforme citação abaixo:

é no campo social, entretanto, que os efeitos da globalização econômica tornam-se mais visíveis, recolocando com maior vigor as questões da exclusão e inclusão social(...)neste sentido a globalização está dando origem a uma nova divisão internacional do trabalho, com impactos diretos sobre o volume de emprego e sobre os níveis de desemprego.(MATTEI, 2002; p.98)

O processo de reestruturação produtiva, organizacional e das próprias relações de trabalho pode ser considerado o principal responsável pela precarização das novas formas de emprego. No Brasil esse processo que teve início em meados da década de noventa vem carregando no cerne as mudanças ocorridas no sistema capitalista em nível internacional e uma maior inserção do país na economia globalizada. Foi a partir desse período que a economia brasileira passou a sentir o impacto da globalização. O sistema econômico nacional atravessava uma forte crise, com elevado déficit público, altas taxas de inflação, alto índice de desemprego e escassez de financiamento para atividades produtivas. Esse era o cenário



propício para a implantação de uma nova estrutura produtiva, de uma nova maneira de organizar o processo de produção e estruturar as relações de trabalho.

O que levou os gestores da política econômica do Brasil a pensar na liberalização econômica foi a crença de que o livre comércio seria a melhor maneira de proporcionar o desenvolvimento econômico nacional, “*com a melhoria da qualidade de vida da população, como resultado da melhor eficiência alocativa dos fatores de produção*”, ou seja, este foi o fator que impulsionou a abertura comercial brasileira e provocou a reestruturação produtiva. A busca por métodos organizacionais e produtivos mais eficientes levou a uma mudança brusca nos modos de organizar a produção e também das relações de trabalho. O mercado de trabalho brasileiro, neste novo contexto, passou por profundas transformações, que serão abordadas no tópico seguinte. (LACERDA, 1998).

### **2.3. O Mercado de Trabalho Brasileiro na Década de 90**

A divisão internacional do trabalho impõe uma nova forma de realocação do espaço. As grandes corporações decidem pela localização de uma planta com base em aspectos como: custos da mão-de-obra, transportes, existência ou não de regulamentação trabalhista, P&D, etc.. As áreas de P&D são implantadas em regiões altamente desenvolvidas, próximas a grandes centros tecnológicos onde o acesso às inovações é facilitado. Já o setor produtivo é deslocado para regiões onde os custos com a mão-de-obra são baixos, a regulamentação é ineficaz e as leis trabalhistas são brandas. Isso faz com que as desigualdades entre centro e periferia se tornem cada vez mais acentuadas.

O centro da economia mundial representa o *locus* do poder de comando, sendo predominantemente às atividades de controle do excedente das cadeias produtivas, bem como da produção e difusão de novas tecnologias. A periferia assume um papel secundário na estrutura do poder mundial, sendo *locus* subordinado às lógicas financeiras e creditícias, assim como na apropriação do excedente econômico e dependente na geração e absorção tecnológica. (POCHMANN, 2001, pag. 16)

Sendo assim os países ditos “periféricos”, que é o caso do Brasil, são os que mais sentiram os impactos deste novo paradigma produtivo criado pela globalização, e foram castigados por não disporem de grandes centros de pesquisa e desenvolvimento e por

oferecerem uma mão-de-obra barata, ou seja, são os mais visados para implantação de plantas industriais e conseqüentemente para a exploração de mão-de-obra.

A implantação de indústrias de grande porte nestes países, por um lado, representa possibilidade de emprego para um contingente muito grande de força de trabalho que se encontra desempregado, e esse é um aspecto positivo para nações que possuem um elevado índice de desemprego, caso brasileiro. Por outro lado, é prejudicial para as indústrias nacionais desprovidas de recursos e processos inovativos, o que, por muitas vezes, leva a falência da indústria e ao desemprego de centenas de pessoas, além da degradação da utilização da mão-de-obra nacional. O resultado disso é negativo para as empresas nacionais e também para os trabalhadores, pois, os índices de desemprego continuam altos, os trabalhadores continuam sendo explorados e as grandes corporações internacionais continuam expandindo seu capital à custa da quebra de empresas nacionais.

O Brasil participou deste processo e de acordo com Pochmann (2001), do final dos anos setenta até metade dos anos oitenta, o país passou por um grande avanço tecnológico. A difusão de novas tecnologias e a adoção de novas rotinas produtivas permitiram a realização de um diagnóstico otimista em relação ao futuro da economia nacional. A absorção das tecnologias microeletrônicas juntamente com a implantação de novos modos de organizar a produção e a criação dos círculos de controle da qualidade levaram o país a idealizar um futuro próspero, com ampliação do parque industrial, aumento da oferta de emprego, desenvolvimento de novas tecnologias e modos de gerir e organizar o processo produtivo.

Entretanto, durante a segunda metade da década de 1980, diante da baixa *performance* da economia brasileira( processo hiperinflacionário, estagnação da renda *per capita* e redução da taxa de investimento), foi possível perceber o quanto as possibilidades de modernização do parque produtivo estavam distantes da realidade nacional. Não se conseguiu avançar significativamente na automação industrial (com restrito uso de robôs), tampouco foram generalizados os esforços de introdução dos novos modelos de gestão da produção e de organização do trabalho. Na realidade, vigorou um quadro econômico identificado como década perdida, com o perfil de utilização dos novos equipamentos concentrados em poucas empresas, sobretudo as grandes internacionalizadas. (POCHMANN, 2001, pag.62)

Nos anos noventa, de acordo com Pochmann (2001), há uma continuidade desse processo, pois, são visíveis os “sinais de frustração das expectativas de modernização do parque produtivo” que haviam sido difundidas no decorrer dos primeiros cinco anos desta década. “Há sinais de desestruturação da capacidade produtiva que impedem uma percepção clara a respeito de reais possibilidades de generalização do novo paradigma técnico-produtivo

na economia brasileira” dando aos anos noventa a caracterização de segunda década perdida da economia nacional, o que se observou foi o

(...) crescente desemprego, pela continua concentração da renda, pelo aumento do endividamento interno e externo e pela ausência de crescimento sustentado (baixo crescimento econômico e reduzido patamar dos investimentos). A incapacidade de geração de novos empregos e o avanço de ocupações precárias não podem ser associados às exigências do novo paradigma técnico-produtivo. (POCHMANN, 2001, pag.63)

Dentro do conjunto das transformações vividas pelo sistema econômico nacional nas ultimas décadas, o mercado de trabalho merece destaque. Este assistiu a um duplo movimento. Por um lado, houve o aumento do desemprego estrutural (postos de trabalho humano substituído por máquinas), por outro lado, ocorreu uma expansão do setor de serviços, que permitiu a ampliação do número de assalariados, embora, esta expansão tenha se dado em condições bastante precárias e com baixos níveis de remuneração, ela exerceu forte influência na esfera do trabalho. Além desse duplo movimento, vale destacar que o mercado de trabalho também presenciou um aumento da participação das mulheres na composição PEA, maior flexibilização do trabalho e aumento da instabilidade no emprego. Com isso o termo “trabalho” ganhou nova concepção, se tornou mais abrangente e para que seja possível a compreensão da nova forma de ser do trabalho, deve-se destacar que:

Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. (ANTUNES e ALVES, 2004, pag. 7)

Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital (...) e abrange também os trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente mais-valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista. Podemos também acrescentar que os trabalhadores improdutivos, criadores de antivalor no processo de trabalho, vivenciam situações muito aproximadas com aquelas experimentadas pelo conjunto dos trabalhadores produtivos. (ANTUNES e ALVES, 2004, pag. 7)

A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES e ALVES, 2004, pag. 7).

A década de 90 representou para o mercado de trabalho brasileiro um período de intensas transformações, pois, *“além do aumento do desemprego a níveis nunca antes vistos*

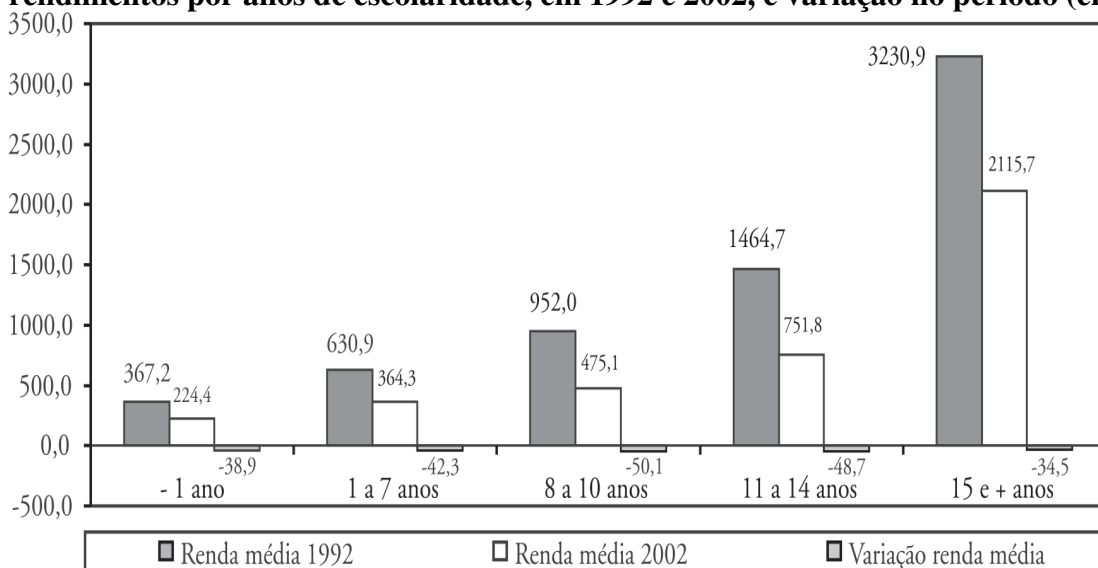
(...), observou-se um aumento nas formas de trabalho informais e não assalariadas e também que as ocupações criadas costumam ser de menor qualidade”. Somando-se a isso o fato de grande parte destes postos de trabalho ser de baixa produtividade e principalmente de precárias condições, chega-se a conclusão de que o Brasil, com a abertura comercial, retrocedeu no tempo principalmente no que se refere à oferta de postos de trabalho e a configuração do mercado de trabalho com um todo. (BERTUZZI, 2007).

Porém, vale ressaltar que “no emprego formal houve melhora do ponto de vista do avanço da escolaridade”, sendo que este fato “não aponta necessariamente para a existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho, mas possivelmente para a demanda insuficiente de trabalho por parte das empresas”. Com um número muito maior de desempregados os empresários, que possuem um leque muito amplo de opções, acabam por escolher os trabalhadores melhor qualificados, aqueles com um nível de escolaridade superior e isso independe de ocorrer mudanças nas funções de trabalho, ou não. (POCHMANN, 2001).

O nível educacional é um fator determinante na corrida por uma oportunidade no mercado de trabalho. Na teoria, à medida que a população de um país se qualifica melhores são as condições de empregos colocados a disposição destas pessoas e quanto melhor a qualidade do emprego, melhores serão os níveis salariais dos trabalhadores. Na prática, conforme mostra o GRÁFICO 1, no caso brasileiro, o período que vai de 1992 a 2002 é marcado por uma queda da renda média dos trabalhadores com nível superior, com 15 anos ou mais de escolaridade. (POCHMANN, 2004).

Esta queda é observada se comparados os níveis de remuneração de 2002 em relação ao ano de 1992 e representa um percentual muito significativo de 35%. Ou seja, o trabalhador com nível superior tinha uma renda em média 35% maior em 1992 do que a observada em 2002. Mas, o grupo que mais sofreu com a redução da renda média foram os segmentos que compreendem os trabalhadores com 8 a 10 anos de escolaridade e os trabalhadores de 11 a 14 anos de escolaridade, que no decorrer de 10 anos presenciaram uma queda da renda média de 50%. Porém nota-se que o aumento do nível educacional assegurou ao trabalhador uma renda superior do que nos casos de níveis educacionais inferiores, mas “não garantiu o acesso ao emprego e muito menos uma proteção contra a precarização e deterioração dos níveis de renda em cada estrato”. (POCHMANN, 2004 pag. 389).

**GRÁFICO 1 – Renda média (em Reais de 2002) dos trabalhadores ocupados, com rendimentos por anos de escolaridade, em 1992 e 2002, e variação no período (em %)**



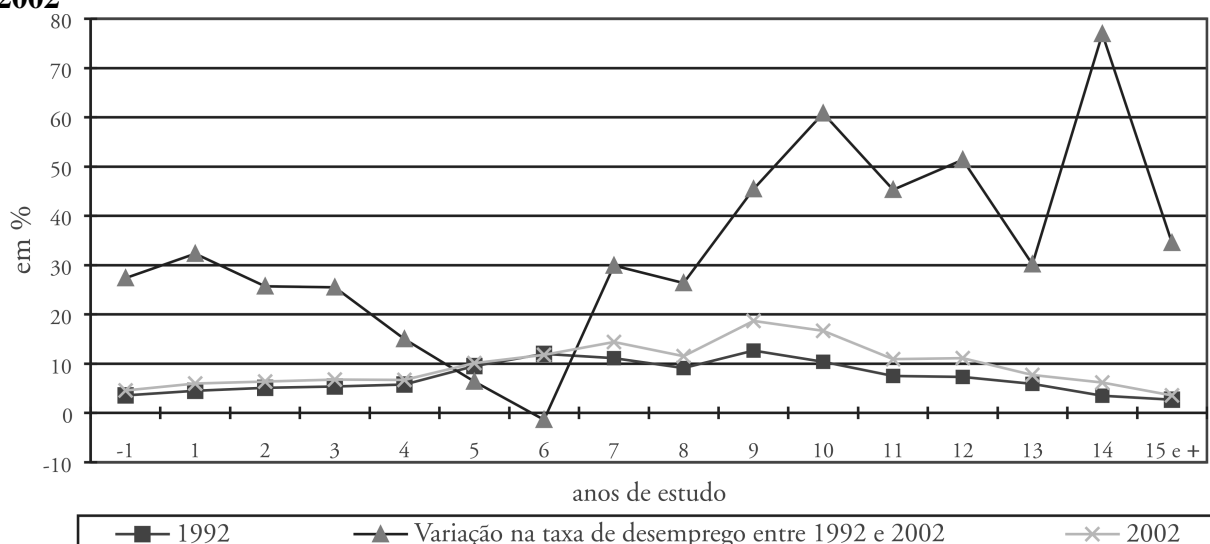
Fonte: IBGE /PNAD, apud POCHMANN, 2004 p. 389

Reforça-se assim a importância da educação para o desenvolvimento de uma sociedade. O Brasil, embora tenha evoluído muito neste quesito, ainda carece de uma educação de qualidade e de boa formação profissional. No decorrer da década de 1990 o país apresentou melhoras consideráveis nos seus níveis educacionais. *“Reduziu a taxa de analfabetismo e aumentou o nível médio de escolaridade”*. Mas cabe destacar que a *“deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho, ao invés de ser contida pela melhoria educacional, contribuiu para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade”*. O mercado de trabalho, que se apresenta cada vez mais competitivo e que possui um grande contingente de desempregados, permite que pessoas qualificadas acabem, por falta de opção, se sujeitando a execução de tarefas precárias e com níveis salariais extremamente baixos. (POCHMANN, 2004).

Se para as pessoas qualificadas as condições do mercado se apresentam adversas, muito pior é a situação de pessoas sem qualificação que vêem a possibilidade de arrumar uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais distante. Essas pessoas, quando de baixa renda, à medida que procuram se instruir, buscando um nível educacional mais elevado ainda sofrem o preconceito de classe, pois, o mercado altamente competitivo acaba privilegiando os candidatos que possuam um bom nível educacional e geralmente que pertencem a classe econômica com melhores condições financeiras. Fazendo com que o candidato de baixa renda fique à margem das oportunidades do mercado de trabalho.

De acordo com o GRAFICO 2 pode-se observar que com o passar dos anos, 1992 a 2002, os trabalhadores com menos de 1 ano de estudo, ou seja, os trabalhadores considerados analfabetos, diminuíram o percentual, de 17,9% em 1992 para 10,7% em 2002, entre os ocupados no mercado de trabalho. Enquanto que os trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo, curso superior completo, aumentaram sua participação, de forma considerável, no percentual dos ocupados no mercado de trabalho. Se em 1992 estes somavam 3,3 milhões de trabalhadores chega-se a 2002 com um total de 5,8 milhões, ou seja, um acréscimo de 75%. (POCHMANN, 2004).

**GRÁFICO 2 – Brasil: Evolução da taxa de desemprego por nível de escolaridade, 1992 e 2002**



Fonte: IBGE /PNAD, apud POCHMANN, 2004 p 388

Em sociedades onde “o acesso aos bens e serviços, necessários para a sobrevivência de todo o ser humano, se dá através da compra e venda, sendo estas intermediadas pelo dinheiro, cuja fonte principal para obtenção pela classe trabalhadora é o trabalho, torna-se fundamental “estar empregado”. Não se trata apenas da manutenção da vida através do suprimento das necessidades básicas do ser humano, com a venda da força de trabalho, trata-se também da inclusão social, da colocação do ser num círculo de relacionamentos sociais, trata-se do reconhecimento do indivíduo como cidadão. Por isso o desemprego representa “uma condição indigna dentro de uma determinada coletividade, muitas vezes não tendo acesso as necessidades básicas da existência, quando são insuficientes as subvenções sociais

*publicas*”, estar desempregado é estar à margem da sociedade capitalista. A sociedade que possui um elevado índice de desemprego encontra-se fragmentada. (RAMOS, 2006).

Nestes casos, cabe ao Estado a implementação de políticas que venham a apoiar a criação de novos postos de trabalho, a qualificação profissional e a inclusão de mulheres e jovens, que são as principais vítimas do desemprego, no mercado de trabalho. A ação estatal é de fundamental importância em casos de elevados índices de desemprego, agindo, fundamentalmente, no sentido de incentivar novos investimentos e assim ampliar a oferta de trabalho e oferecer cursos de qualificação profissional.

## **2.4. Divisão sexual do trabalho**

A divisão internacional do trabalho não é a única a determinar a posição do indivíduo no mercado de trabalho. Marx e Engels (1977) já mencionavam que *“a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”*.

A divisão sexual do trabalho tem ganhado ênfase com o aumento da participação feminina na composição da força de trabalho e exerce considerável peso na distribuição de oportunidades. Nas ofertas de postos de trabalho, existe uma distinção entre os oferecidos para o trabalhador do sexo masculino, geralmente os que requerem mais qualificação, que envolvem tecnologias avançadas, etc., e os disponíveis às mulheres, na maioria das vezes, são as tarefas rotineiras que exigem movimentos repetitivos, pouco qualificados e em condições precárias. (HIRATA, 2002)

As mulheres são preparadas, desde a infância, para o trabalho produtivo, para as chamadas profissões femininas, geralmente, sem qualificação e com salários muito baixos. Elas são destinadas a trabalhar no setor secundário e na prestação de serviços, pois, possuem algumas qualidades que são quase exclusividades femininas, tais como: paciência, habilidade com as mãos principalmente, destreza, meticulosidade, atenção. Isto faz com que elas sejam muito visadas para tarefas onde estas qualidades são indispensáveis, e onde os homens não conseguem obter muito êxito. O trabalho feminino era, portanto, visto somente como complemento do masculino. (HIRATA, 2002)

Algumas tarefas foram culturalmente destinadas aos homens enquanto outras rotuladas como atividades tipicamente femininas.

Desde a infância, o trabalho doméstico está relacionado a uma atividade feminina e a construção desse comportamento pode ser observada na baixa participação dos meninos nesta atividade. Em 2005, cerca de 83% das meninas, de 10 a 17 anos de idade, realizaram tais afazeres, enquanto que entre os meninos nesta mesma faixa etária a proporção foi de 47,4%. O tempo despendido nessas atividades diferencia significativamente entre os sexos: meninos 8,2 e meninas, 14,3 horas semanais.( IBGE, 2007, pag. 1)

E de acordo com a história “*a divisão sexual do trabalho sempre existiu nas distintas formas de organização social*”. “*Desde o surgimento da humanidade, já existia distribuição de papéis diferenciados para homens e mulheres*” e com o passar do tempo essa diferenciação tornou-se cada vez mais evidente, levando a uma mentalidade global de que os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos são funções femininas enquanto o papel de provedor do lar, responsável pelo sustento da família, através da realização de atividades econômicas foi designado à figura do homem. “*Desse modo, a divisão sexual do trabalho na família funciona no sentido de estabelecer o lugar dos homens e das mulheres não só na família, mas também na sociedade*”. (OLINTO e OLIVEIRA, 2004); (TORRES, 2006).

Nas sociedades primitivas, as mulheres eram encarregadas das atividades que podiam ser desenvolvidas mais perto de casa e dos filhos, como cozinhar, confeccionar o vestuário, transportar a água, colher os frutos e moer os cereais dentre outras. Já os homens estavam voltados para as tarefas que tinham em comum o fato de serem desenvolvidas longe do ambiente doméstico, bem como também exerciam atividades que exigiam maior força física, como, por exemplo, cortar lenha, caçar, pescar, construir as casas. O ponto que cabe ressaltar é que as atividades desempenhadas pelos homens eram sempre consideradas como as de maior prestígio, não importando quais fossem. ( OLINTO e OLIVEIRA, 2004; pg 32)

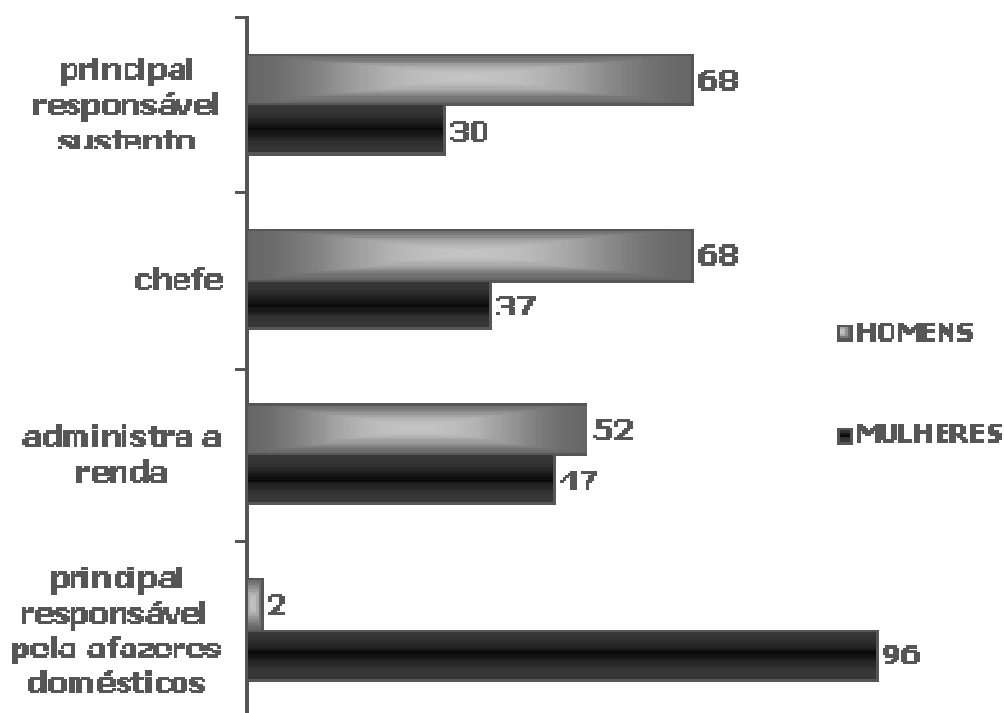
Portanto, a divisão sexual do trabalho existe desde os primórdios da humanidade, quando os homens cuidavam do sustento da família através da caça e da pesca e as mulheres eram responsáveis pelo preparo dos alimentos, afazeres domésticos e cuidados dos filhos.

Assim, não se pode conceber a divisão sexual do trabalho como algo natural, deve-se entendê-la como algo fruto da organização da sociedade, onde a cultura, a religião e o mercado podem estar diretamente envolvidos na construção destes padrões de comportamentos distintos entre homens e mulheres, que seja no trabalho produtivo ou reprodutivo. Essa questão nos mostra que a divisão sexual do trabalho perpassa fortemente não só a relação entre produção e reprodução, mas também uma relação de gênero muito acentuada. (TORRES, 2006, p.5)



Segundo estudos realizados pela Fundação Perseu Abramo (2001), apresentados no GRÁFICO 3, no Brasil os homens ainda são maioria dos responsáveis pelo sustento da família, 68% contra 30% das mulheres, mas vale destacar que o número de mulheres como chefes de família vêm aumentando de forma continua nos últimos anos. A proporção de homens ocupando cargos de chefia é muito superior de mulheres, 68%, 37% respectivamente. Na administração da renda a diferença é menor, 52% para homens e 47% para mulheres. Mas a diferença mais alarmante está no que diz respeito aos afazeres domésticos onde as mulheres representam 96% das responsáveis pela realização destas tarefas, contra apenas 2% dos homens. E isso gera espanto em tempos em que a mulher esta cada vez mais presente na realização de atividades econômicas, só prova que elas, apesar de exercerem tarefas fora de casa ainda realizam todos os afazeres domésticos, ou seja, possuem duplas jornadas de trabalho.

**GRÁFICO 3 – Divisão Sexual do Trabalho no Brasil em 2001**



Fonte: FPA -Fundação Perseu Abramo, 2001

A divisão sexual do trabalho não se restringe somente a esfera das ocupações no mercado de trabalho, como poderia supor-se, ela ultrapassa a fronteira do que é tarefa feminina e masculina e acaba por influenciar a esfera social. É indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, “*que são relações de exploração e de opressão entre duas*

*categorias de sexo socialmente construídas desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão*”. Onde o homem é o ser dominador e a mulher o oprimido. A divisão sexual do trabalho não é dada, ela evolui de acordo com a evolução da sociedade na qual encontra-se inserida. (HIRATA, 2002).

(...) a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino. (BRITO E OLIVEIRA, 1997, apud CARLOTO, 2002, pag 1)

Atualmente pode-se verificar que em países onde o sistema capitalista vigora “os padrões de segregação, discriminação e informalidade com relação a gênero no mercado de trabalho, podem ser influenciados por uma série questões culturais de um lado e pela carência de políticas públicas específicas”, que se destinem a dar melhores condições para inclusão da mulher, no mercado de trabalho e na própria sociedade, “particularmente em países em desenvolvimento, através de programas de treinamento ou políticas anti-discriminatórias”. Esta talvez seja a melhor maneira de garantir as mulheres maior igualdade e também uma redução das discriminações sofridas por elas. Cabem ações sociais imediatas para solucionar este problema que persiste a tanto tempo e que é tão prejudicial. Afinal a luta feminina é por igualdade de oportunidades, de salários e de tratamento. (KON, 2005)

## **2.5. Abordagens sobre a mulher no mercado de trabalho**

Para uma melhor aproximação com o tema se faz necessário uma breve revisão da literatura sobre as obras publicadas abordando esta temática e o que despertou o interesse desses autores pelo assunto. Posteriormente será analisado com se deu o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Os primeiros trabalhos abordando esta temática surgiram no Brasil, de acordo com Saffioti (1981), a partir dos anos 60. Embora de forma tímida, alguns trabalhos acadêmicos passaram a ser elaborados abordando este assunto, e o Brasil iniciou os anos 70 exibindo uma

fraca produção quantitativa e qualitativa com ralação a esta temática. A partir de então aumentou de forma muito considerável o número de pesquisadores que passaram a dedicar suas obras ao mercado de trabalho feminino.

O Brasil assistiu a um aumento progressivo das pesquisas científicas sobre a temática feminina nos últimos vinte anos. Com características muito próprias da cultura, política, e economia da sociedade brasileira, este progresso que trouxe consigo um aumento do interesse literário pelo assunto “*acompanhou a própria legitimação do feminismo..., este amplamente aceito como mais um dos movimentos do processo de redemocratização política*” nacional e cujos reflexos são sentidos nos mais variados segmentos sociais do país . (BRUSCHINI, 1998)

Os estudos sobre as mulheres no mercado de trabalho multiplicaram-se nos últimos anos, constituindo objetos de pesquisa interdisciplinar e partindo de campos muito diversos. “*Estudam-se as mulheres na Sociologia, na Antropologia, na História Social, na Ciência Política com abordagens que remetem ao marxismo, a psicanálise ou a uma proposta de ciência feminista*”. O fato da luta feminina, por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos, ter ganhado ênfase nos últimos anos, tornou a temática um objeto muito interessante para pesquisas, fazendo com que muitos estudos passassem a ser desenvolvido nesta área. (SOUZA, 1991).

## **2.6. O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho**

Até o início do século XIX, o papel da mulher na sociedade se restringia a cuidar da casa, do esposo e zelar pelos filhos. O sistema patriarcal no qual estavam inseridas as tornava submissas, primeiramente ao pai e posteriormente ao esposo. Não possuíam vida social e econômica ativa. Não tinham direito a voto, a manifestar suas opiniões, viviam em uma sociedade completamente machista, dominada pelos interesses dos homens.

O fato de o patriarcado ser baseado na dominação-exploração homem-mulher é funcional ao sistema no sentido de fomentá-lo, uma vez que permite que as mulheres sejam sujeitadas a condições adversas da aplicação de sua força de trabalho. a situação de inferioridade ou submissão da mulher balizada pelo patriarcado a transforma em um trabalhador mais conformado frente as situações de exploração-dominação, tendo em vista o longo processo histórico da opressão feminina. Parece, assim, que a pequena capacidade reivindicatória da mulher faz com que ela acabe se comportando mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de

assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado. (RAMOS, 2006, pag. 75).

Com o passar dos anos este cenário, lentamente foi mudando, muitos direitos foram conquistados pelas mulheres mundo afora. No Brasil o direito de votar e se candidatar foram reconhecidos a partir de 1932, a licença maternidade, aprovada em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi uma das mais importantes conquistas femininas, pois, garante a manutenção do emprego antes e depois do período de resguardo, sem nenhum tipo de prejuízos as mulheres. E hoje chega-se em 2008 com uma realidade completamente diferente. No decorrer das últimas décadas, não só o Brasil, mas o mundo presenciou um acréscimo significativo da participação das mulheres nas atividades econômicas. O mercado de trabalho passou a ser o destino mais procurado pela mulher moderna, que deixa de ser apenas dona de casa, mãe e esposa, para integrar, de modo significativo, a composição da PEA brasileira. (STEENBOCK, 2007).

De acordo com Probst (2005), as duas grandes guerras mundiais serviram como marco inicial para o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho. Enquanto os homens eram recrutados para o serviço militar, cabia às mulheres a responsabilidade de garantir a sobrevivência da família. Elas viam-se obrigadas a assumir os negócios ou a buscar no mercado de trabalho uma ocupação que lhe garantisse uma renda suficiente para seu sustento e o de seus dependentes. Muitos dos homens que se encontravam nas frentes de batalha acabavam perdendo a vida, outros eram mutilados voltavam sem condições de retomarem suas atividades. Com isso as mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho.

Souza (1991) destaca alguns fatores que impulsionaram a entrada da mulher no mercado de trabalho brasileiro, entre eles está: a necessidade de contribuir com a renda familiar ocasionado pela queda do salário real; a natureza do desenvolvimento e crescimento do Brasil, que levou a criação de grande número de novos postos de trabalho que requeriam agilidade, desenvoltura e, comportamento minucioso, características próprias da força de trabalho feminina; as transformações ocorridas na organização do trabalho, a decomposição das tarefas, ou seja, a segmentação do processo de trabalho que tornou as tarefas mais simples, rotineiras e menos qualificadas.

Galeazzi (2001), no intuito de explicar os motivos que levaram a mulher a procurar uma colocação no mercado de trabalho acrescenta que:

(...) o desejo de desenvolver uma carreira; a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja para fazer frente

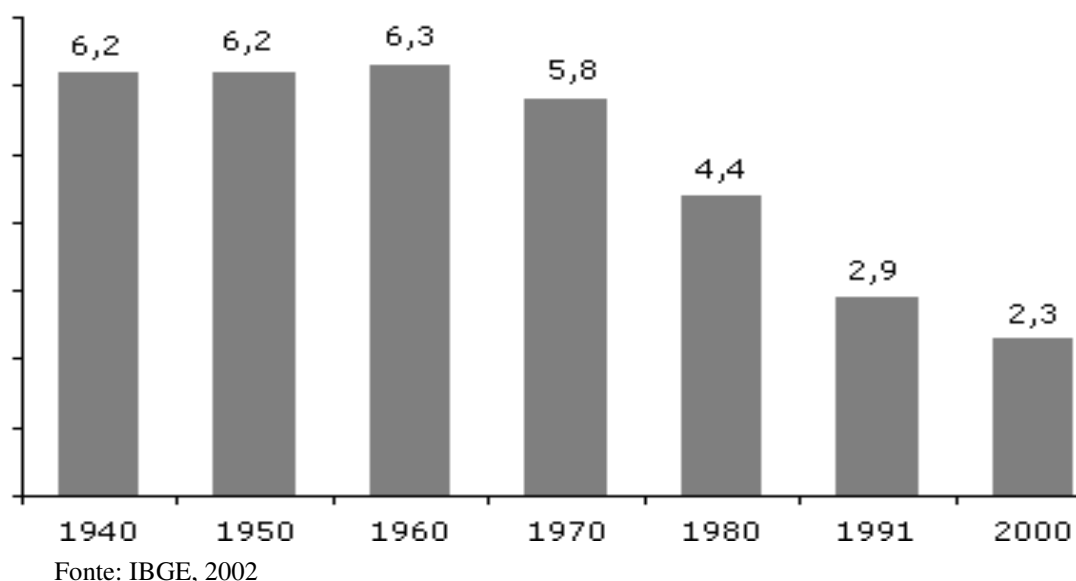
aos novos anseios de consumo — a alteração no padrão de consumo com a presença de novos produtos, expandindo o leque de consumo familiar, impeliu as mulheres a trabalharem fora de casa para aumentar a receita doméstica —; e, principalmente, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subseqüentes à II Guerra, trazendo uma expansão do emprego assalariado regulamentado e incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres. (GALEAZZI; 2001, pg. 61)

Foi a partir da década de 60 que este processo se intensificou e de acordo com Castells (1999), a maior inserção feminina na composição da força de trabalho foi motivada por quatro elementos fundamentais apontados a seguir:

(...) primeiro, a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidade para as mulheres no campo da educação (...). Em segundo lugar, vêm as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humanas (...). Terceiro, tendo como pano de fundo a transformação econômica e tecnológica, o patriarcalismo foi atingido pelo desenvolvimento do movimento feminista, conseqüência dos movimentos sociais da década de 60(...). O quarto elemento a induzir o desafio ao patriarcalismo é a rápida difusão de idéias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta. (CASTELLS, 1999b, pag. 172)

De acordo com Probst (2005) a mulher vem escrevendo sua história no mercado de trabalho brasileiro com base em dois fatores: o primeiro diz respeito à queda da taxa de fecundidade, e o segundo está relacionado com o aumento do grau de instrução da população feminina. Isso se deve ao fato de que para conquistar uma boa colocação no mercado de trabalho as mulheres vêm adiando projetos pessoais, entre eles o casamento e a maternidade. Essa queda da fecundidade aconteceu com maior força nas décadas de 70, 80 e 90. Já no ano de 2000 a taxa de fecundidade encontrava-se muito baixa, cerca de 2,3 no final da década. Com menos filhos as mulheres conseguem conciliar melhor a função de dona de casa com a de profissional.

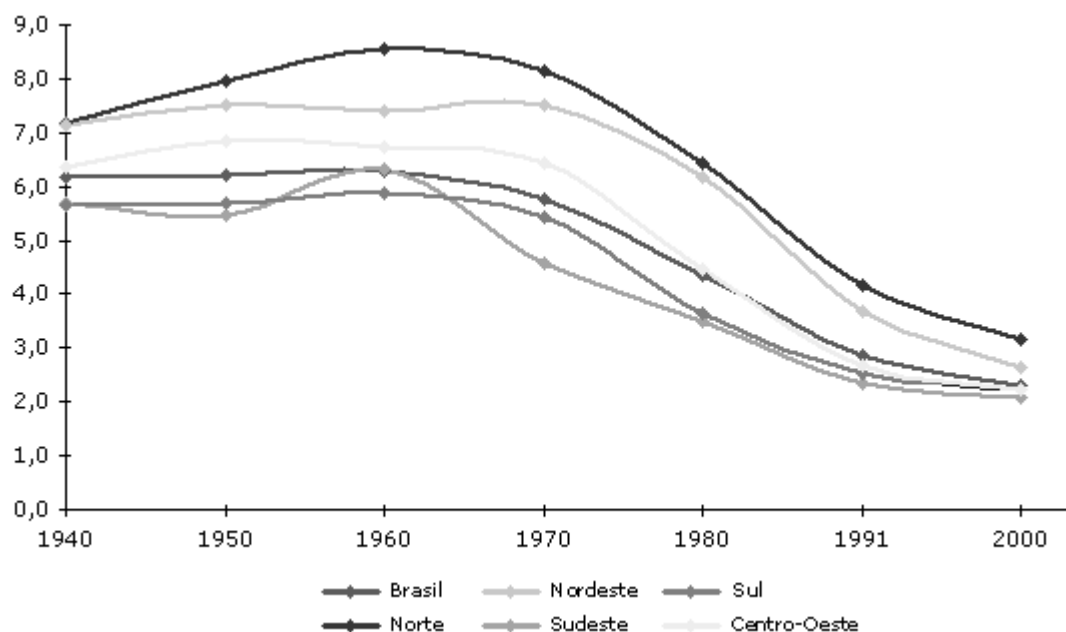
O GRÁFICO 4 apresenta o movimento da taxa de fecundidade no Brasil no período compreendido entre 1940 e 2000. De 1940 a 1960 a taxa manteve-se em patamares semelhantes. A partir dos anos sessenta começa a se verificar uma queda da média de filhos por mulheres no final de sua idade reprodutiva. Se na década de 40 esta média era de 6,2 filhos, na década de 80 este número já havia caído para 4,4 e vinte anos mais tarde chega-se a uma, média de 2,3 filhos por mulher, ou seja, houve uma redução muito significativa e a tendência é que caia ainda mais, pois muitas mulheres estão adiando a maternidade para priorizar a vida profissional.

**GRÁFICO 4 – Taxa de Fecundidade no Brasil – 1940/2000.**

Esta tendência, que vem se verificando nas últimas décadas, de redução do número de filhos por mulher em idade fértil, prova que elas estão investindo fortemente na vida profissional e adiando o sonho da maternidade. Até a década de 60, quando a média de filhos por mulher era de 6,3, e a participação das mulheres no mercado de trabalho era pequena, embora já começassem os primeiros movimentos feministas, o casamento e a constituição de uma família ainda eram as regras seguidas pelas mulheres brasileiras.

O GRÁFICO 5, de acordo com o IBGE (2002), apresenta a evolução da taxa de fecundidade total do Brasil e grandes regiões. De acordo com este gráfico, no ano de 2000, todas as regiões do país, exceto a região norte, “*apresentaram taxas de fecundidade próximas a taxa nacional, (2,3)*”. A região sudeste apresentou a menor taxa de fecundidade: *2,2 filhos por mulher*”. A região sul apresentou taxa idêntica da média nacional, assim com a região centro-oeste, enquanto que ficaram acima da taxa média nacional as regiões nordeste e norte. Esta tendência, que vem se verificando nas últimas décadas, de redução do número de filhos por mulher em idade fértil, prova que elas estão investindo fortemente na vida profissional e adiando o sonho da maternidade.

**GRÁFICO 5 – Evolução da Taxa de Fecundidade Total, Brasil e Grandes Regiões – 1940/2000.**



Fonte: IBGE, 2002

Mas independente do fator que as levou a buscar uma colocação no mercado de trabalho “o que há a destacar nas últimas décadas do século XX é a intensidade, a diversificação e a aparente irreversibilidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho. As taxas de participação feminina expandem-se num processo contínuo” e sem grandes oscilações, mesmo em situações conjunturais desfavoráveis elas conseguem superar obstáculos, romper fronteiras e conquistar novos espaços. (GALEAZZI; 2001, pg. 61)

O Brasil presenciou um acréscimo de 25 milhões de mulheres trabalhadoras no período compreendido entre 1976 e 2002, sendo que este crescimento foi muito superior ao observado na população masculina. Neste período as taxas de crescimento de trabalhadores homens se mantiveram em “patamares semelhantes entre 73 e 76%, em praticamente todo o período-, as das mulheres se ampliaram significativamente. Se em 1976, 28 em cada 100 mulheres trabalhavam” em 2002 este número subiu para 50, ou seja, de cada 100 mulheres brasileiras, em 2002, 50 já se encontravam desenvolvendo alguma atividade remunerada. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2004)

Segundo dados da Fundação Carlos Chagas (2004), as mulheres brasileiras estão permanecendo, no mercado de trabalho, por um período maior de tempo. “Se em 1970 apenas

*19% e 15%, respectivamente, das mulheres com idade entre 40 e 49 anos e 50 e 59 anos estavam ativas, em 2002 as taxas de atividade nas mesmas faixas etárias eram, respectivamente, 66,7 e 50%”. Hoffmann e Leone (2004),apontam que “entre 1981 e 2002, a taxa de atividade feminina elevou-se de 32,9 para 46,6%, ou seja, um acréscimo de 13,7 pontos percentuais em 21 anos. No caso masculino” a participação na atividade econômica reduziu-se de 74,6 para 71,4% no mesmo período”. Estariam as mulheres ocupando os espaços até então exclusivos de trabalhadores do sexo masculino? Ou, esse decréscimo da participação masculina nas atividades econômicas estaria ligado ao fato das mulheres estarem melhor preparadas, com níveis educacionais mais elevados, para ocupar espaços no mercado de trabalho? Tudo leva a crer que a mulher está ocupando espaços até então de predominância masculina devido a sua melhor qualificação, mas uma resposta exata do que vem ocorrendo seria prematura, neste momento, já que este movimento é recente e ainda não se sabe onde vai parar.*

A economia e o comportamento dos mercados está mudando a sociedade, principalmente no que diz respeito ao comportamento feminino. A idéia de que a mulher nasceu apenas para ser mãe ou de que ela abandonaria o trabalho assim que tivesse filhos está acabando e em algumas partes do país praticamente não existe mais. Tanto que a taxa de fecundidade do Brasil está caindo ano após ano. Isto é sinal de que elas querem e precisam trabalhar (...). A crescente participação feminina no mercado brasileiro traz um novo equilíbrio, uma nova forma de competir. Além dos ganhos econômicos, os ganhos sociais são muitos. Eles vão da redução do machismo a uma nova forma de interpretar antigas idéias. A produtividade aumenta com a participação delas. (BRAGA, apud VIANNA, 2008 pag.1)

Elas estão em todos os setores, embora ainda sejam minorias em cargos de chefia, diretorias etc., e apesar de muitas vezes estar mais bem preparadas que os homens levam mais tempo para conquistar cargos de comando e gerência e muitas mesmo qualificadas por falta de opção acabam por se sujeitar a execução de tarefas precárias com baixa remuneração.

Ao longo do tempo, apesar das barreiras, as mulheres vêm conquistando mais espaço no mercado de trabalho: aumentaram significativamente sua participação, superaram alguns dos limites impostos pela condição familiar e vêm ingressando, graças a escolaridade, em melhores ocupações. Este avanço, contudo, não tem impedido que grande parte das trabalhadoras se encontre no emprego doméstico, no domiciliar e em atividades não-remuneradas. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2004, pag.1)

Para Shinyashikio (2006) algumas características típicas das mulheres, tais como sensibilidade, versatilidade, afetividade, percepção aguçada, até pouco tempo atrás eram vistas como fraquezas, o que tornava o sexo feminino indefeso e frágil por natureza. Hoje



essas características passaram a ser cruciais no processo produtivo das grandes organizações e representam o diferencial que caracteriza equipes e organizações de sucesso.

As mulheres conseguem equilibrar sem maiores problemas a sua dupla jornada, dar “conta do recado”, conciliam as inúmeras atividades diárias e mostram-se extremamente centradas em seus afazeres. Elas conseguem conciliar a profissão com a maternidade, tarefa muitas vezes complicada já que o tempo disponível para o cuidado dos filhos é escasso, elas acabam não acompanhando, como gostariam, o crescimento dos filhos. Mesmo assim, muitas mulheres ainda conseguem manter-se belas e vaidosas.

Mas muitas estas características e qualidades ainda não são completamente reconhecidas e valorizadas. As mulheres vêm conquistando espaços a cada dia no mercado de trabalho, e isso é algo positivo, pois, elas estão superando obstáculos e rompendo barreiras. Porém, ainda há muito a conquistar, e a busca pela igualdade de oportunidades deve continuar, pois, ao que tudo indica isto só será possível no longo prazo.

Apesar de, durante os últimos 15 anos, também se observar um crescimento importante das taxas de ocupação femininas, há mais mulheres que homens nos níveis inferiores de cada profissão em termos de produtividade, renda e/ou posição hierárquica, tanto no trabalho por conta própria nas zonas urbanas e rurais quanto no emprego assalariado formal nos setores público e privado. Por conseguinte, as desvantagens relativas ao gênero impedem que as mulheres que ocupam um posto de trabalho se beneficiem plenamente do fato de haver conseguido acesso ao emprego. As desigualdades de gênero apresentam-se novamente nos termos e nas condições de emprego, assim como nos trabalhos de qualidade relativamente mais baixa. (OIT, 2005, pag.42)

Apesar delas ainda se encontrarem em situações críticas, devido às discriminações, diferenças salariais, condições de trabalho precárias, alguns dados do IPEA (2006) apontam que “*a participação das mulheres na PEA deverá aumentar como consequência das taxas mais elevadas de crescimento da PEA feminina, enquanto a masculina tenderá a diminuir em termos percentuais*”. Se isto realmente acontecer, e tudo indica que é muito possível que ocorra, a “*participação de homens no total da PEA deverá se reduzir de 60% para 53% e a feminina aumentará de 40% para 47%*”. A PEA feminina ocuparia espaços deixados pela masculina. Talvez esta tendência de maior presença feminina na composição da PEA brasileira proporcione uma expectativa de absorção do enorme contingente de mulheres que se encontra desempregado.

## 2.7. Qualificação e Defasagem Salarial

Constantemente se tem abordado na literatura que a união da educação com a *“participação das mulheres no mercado de trabalho é intensa. Assim como os homens, a atividade das mulheres aumenta entre os que têm mais de 8 anos de estudo, (...), mas são aquelas que têm nível superior de ensino, as mais ativas, com uma taxa de 83% em 2002”*. Pode-se salientar que a história da mulher no mercado de trabalho tem sido escrita com base num maior grau de instrução e que isso tem garantido um progresso muito grande delas em relação à ocupação de espaços no mercado de trabalho. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2004)

No Brasil as mulheres já são maioria entre a população escolarizada. Em 1999, 27% das mulheres contra 23% dos homens alcançaram a marca de 9 anos de estudo. Em 2002, três anos mais tarde, a porcentagem de mulheres com mais de 9 anos de estudo chegava a 31% enquanto a dos homens era de 28%. *“Em 2002, 54% das matrículas no ensino médio eram de mulheres, bem como 56% dos ingressantes no ensino superior pelo vestibular. (...) as mulheres também estão em maior número entre os concluintes”*, neste mesmo ano elas representavam 58% dos concluintes do ensino médio e 63% do ensino superior. Mas cabe ressaltar que:

(...) esta maior participação não é acompanhada de melhores relações de trabalho. É evidente que a sociedade não se adaptou à revolução silenciosa representada pela firme determinação das mulheres de ocupar maciçamente o mercado de trabalho e nele ter tanto êxito quanto os homens (...) as mulheres ganham salários inferiores e são as mais atingidas pela precarização das condições e relações trabalhistas. Também persistem importantes diferenciais de remuneração no mercado de trabalho. Os rendimentos das mulheres são sistematicamente inferiores aos dos homens, inclusive quando comparamos níveis similares de escolaridade. (STEENBOCK, 2007, pag.1).

Porém, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE (2008), nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, houve uma redução no distanciamento do grau de instrução entre homens e mulheres. *“Entre as mulheres trabalhadoras, 51,3% possuíam 11 anos ou mais de estudo em janeiro de 2003, contra 59,9% em janeiro de 2008. Entre os homens, esses mesmos níveis de escolaridade eram de 41,9% e 51,9%, respectivamente, nos meses de janeiro de 2003 e de 2008”*. Portanto se em 2003 a diferença de escolaridade entre homens e mulheres, ocupados, era de 9,4%, chega-se em 2008 com uma diferença de 8%, sendo que, apesar da

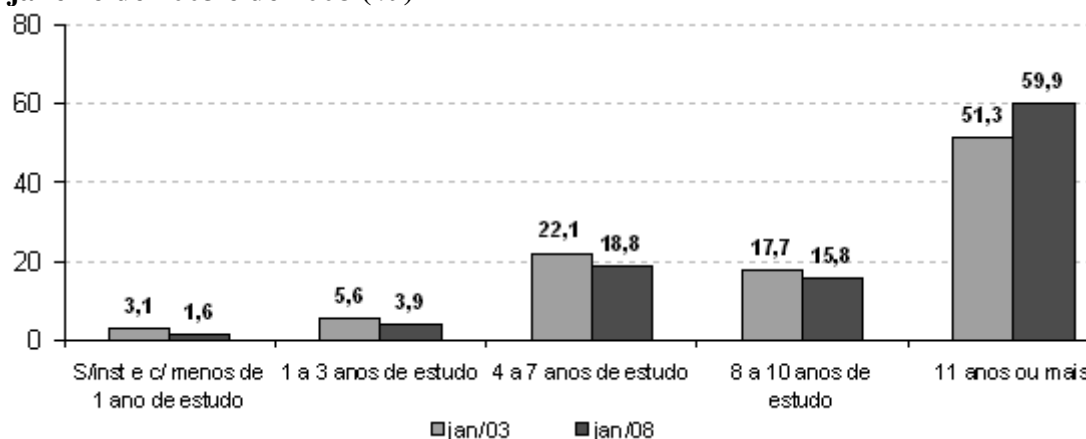
redução da diferença entre níveis educacionais de homens e mulheres, é importante destacar que as mulheres ainda encontram-se melhor instruídas que os homens. Isso se deve, fundamentalmente, a busca continua por melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O GRÁFICO 6, apresenta em percentuais, a distribuição das mulheres ocupadas nas regiões metropolitanas, segundo os anos de estudo nos meses de janeiro de 2003 e janeiro de 2008. Em janeiro de 2003 as trabalhadoras ocupadas que possuíam até 1 ano de escolaridade, ou seja, aquelas consideradas analfabetas, eram 3,1% , em janeiro de 2008, este percentual havia caído para 1,6%. (IBGE, 2008).

Na faixa de 1 a 3 anos de estudo, também verificou-se uma queda, o percentual que em 2003 era de 5,6% em janeiro de 2008 caiu para 3,9%. Na faixa de 4 a 7 anos de estudo, também, ocorreu uma queda, o percentual passou de 22,1% para 18,8%. (IBGE, 2008)

Na faixa de 8 a 10 anos de estudo o percentual caiu de 17,7% em janeiro de 2003, para 15,8% em janeiro de 2008. *“Entre as mulheres trabalhadoras, 51,3% possuíam 11 anos ou mais de estudo em janeiro de 2003, contra 59,9% em janeiro de 2008”*. Estes dados mostram que o mercado de trabalho se encontra, cada vez, mais competitivo e exigente. Funções que há alguns anos eram desempenhadas por trabalhadores sem nenhuma instrução, hoje já são desenvolvidas por trabalhadores escolarizados. Isto porque, devido aos altos índices de desemprego, a oferta de mão-de-obra é muito grande, e os trabalhadores que possuem níveis mais elevados de instrução acabam sendo escolhidos para a execução de tarefas que até então eram realizadas por trabalhadores sem, ou com pouca, instrução.(IBGE, 2008).

**GRÁFICO 6 – Distribuição das mulheres ocupadas segundo os anos de estudo em janeiro de 2003 e de 2008 (%)**



Fonte: IBGE, 2008

Mas é importante frisar que esse aumento do nível de instrução não é acompanhado por um aumento proporcional do nível de remuneração. Um fator causador dessa defasagem salarial, talvez, possa ser o fato de que no “*âmbito da educação profissional a presença de mulheres é menos expressiva, girando em torno de 1/3 das matrículas nos níveis básico e tecnológico e 41% no nível técnico*”. Outro fator se deve ao fato de ser mulher, que por si só já serve de explicação para uma menor remuneração. Assim “*a justificativa ideológica da superexploração das mulheres está no fato que elas necessitavam menos de trabalho e de salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse*. E foi nesta crença que desde o principio da inserção da mulher no mercado de trabalho, se atribui a ela salários mais baixos do que os pagos ao trabalhador do sexo masculino. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2008; STEIN,2000; ARROIO E RÉGINER, 2004).

É muito comum mulheres e homens com o mesmo grau de instrução e desempenhando as mesmas atividades terem remunerações diferenciadas. Sendo os salários menores pagos, evidentemente, às mulheres. E quanto maior o grau de instrução maior é a defasagem salarial entre homens e mulheres que executam as mesmas funções. De acordo com Steenbock (2007) a remuneração por hora trabalhada da mulher é, em média, 79% da remuneração média dos homens, recebendo então 21% a menos do que os homens. Grande parte da população feminina esta concentrada nas divisões mais precárias existentes no mercado de trabalho. A porcentagem de mulheres ocupadas nos serviços domésticos no Brasil é ainda muito alta, (18%), superando as taxas de muitos países latino-americanos. (ARROIO E RÉGINER, 2004).

O fato de as trabalhadoras disporem de credenciais de escolaridade superiores aos seus colegas de trabalho, entretanto, não tem se revertido em ganhos semelhantes, pois os dados deixam claro que homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes. O fato é que, as relações de gênero vão determinar valores diferentes para profissionais no mercado de trabalho, conforme esse trabalhador seja homem ou mulher. E se a maiores patamares de escolaridade estão associados, de uma forma geral, maiores salários, isso é mais verdade para os homens do que para as mulheres. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2004, pag. 1)

Mas tendências indicam que pelo menos “*para mulheres brancas, esta diferença em relação aos homens está caindo. Projeções indicam que daqui a 30 anos não haverá mais discriminação salarial contra elas*”. Ambos os sexos serão, finalmente tratados com igualdade, pelo menos no que tange aos níveis salariais, esta com certeza será mais uma grande conquista para as mulheres que lutam por igualdade, pelo fim da discriminação e pelo reconhecimento de suas capacidades. (ARROIO E RÉGINER, 2004)

### 2.7.1. Discriminação racial

A questão racial acompanhou a trajetória dos povos em todas as partes do planeta e a história de muitos foi marcada por preconceitos e discriminações devido a raça e a cor da pele.

A dominação racista tem escopo mundial, pois deriva-se da configuração histórica da imposição da hegemonia de um povo sobre outro. Sua essência está localizada nesse processo, com aspectos comuns aos diversos contextos locais, e seu instrumento é a ideologia do supremacismo branco. A questão da identidade está ligada profundamente a essa essência da dominação racista, pois o padrão da brancura derivado da hegemonia do supremacismo branco exerce seu efeito sobre a identidade de todos os povos dominados. No Brasil, a identidade passa a ser reconstituída, em grande parte, por meio do sortilégio da cor, que transforma numa busca permanente do simulacro da brancura. (NASCIMENTO, 2003 pag. 24, apud MORAES, 2005, pag.16).

Com base nisso é que se escreveu, ao longo das décadas, a história da mulher negra pelo mundo afora. No Brasil não foi diferente, pois desde o início de sua história, na época da colonização, elas eram discriminadas e exploradas no trabalho escravo e excluídas do convívio social.

A história das mulheres negras desde que foram trazidas do continente Africano na condição de escravas, é peculiarmente diferente da situação da mulher branca que desde esses tempos, cumpria as imposições sociais formuladas pelos grupos dominantes sob uma condição bem adversa, a começar pelos efeitos da desumanização atribuída a pessoa negra e o legado da mentalidade civilizatória do homem branco. A pureza, e a delicadeza representadas nas figuras cristãs do feminino, que tiveram forte influência na construção da feminilidade do mundo sob a igreja católica romana, estavam longe da idéia do corpo animalizado, pronto para trabalhos braçais, lascivo, sexualmente à disposição, exótico, demonizado; corpo esse construído no texto da cultura escravocrata. Tal panorama criou, reforçou e reforça os binarismos tais como, puro/impuro, segurança/perigo, sagrado/profano, corpo/alma, onde a mulher negra e a mulher branca estariam postas como figuras de mais uma representação binária do mundo, em que a negra seria o par que remetia ao grosso, ao material, ao desejo de perdição e a branca como sendo vínculo etéreo, redenção, porta para a constituição da família como célula de reprodução da sociedade, mãe e cuidadora, equilíbrio necessário a manutenção da moral e do lucro, ambas sem voz relevante na dinâmica política formuladora de realidades “concretas”, com suas sexualidades regidas pela força do masculino e da “branquitude” como determinadores das condutas subjugadas (MACHADO, 2007, pag.6 e 7)

Características atribuídas às mulheres, tais como, pureza, doçura, moralidade cristã, o símbolo do moral e dos bons costumes cabiam somente às mulheres brancas, estas eram incumbidas da criação dos filhos e do cuidado com o lar. As mulheres negras, por sua vez, eram excluídas do convívio social, não tinham direitos e sua principal função, além do trabalho, era a procriação, pois, seus filhos representavam aumento da força de trabalho para os senhores.

No decorrer dos anos, mesmo com “*a abolição da escravatura, o lar continuou sob a égide da moral secular baseada na religião e na interdição dos corpos femininos, e quem constituía o lar, pensado como instituição normativa, eram homens e mulheres brancas*”, sendo que ao homem branco era atribuída a função de “*agente propulsor da economia e provedor de modo geral, a mulher como parte do mundo privado do marido*”. (MACHADO, 2007)

Como exposto anteriormente, as mulheres ganham menos do que os homens, mesmo quando exercem as mesmas atividades e possuem o mesmo nível de instrução. Se já existe uma disparidade salarial entre o homem e a mulher branca, muito pior é a situação das mulheres negras, pois, elas sofrem duplo preconceito: o de gênero, por serem mulheres, e o racismo, por serem negras.

A inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro é nitidamente desvantajosa, ainda que sua participação na força de trabalho seja mais intensa que a de mulheres não-negras. A presença da discriminação racial se acumula à ausência de equidade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais - homens negros e não-negros e mulheres não-negras. Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precários, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego. (DIEESE, 2005, pag. 1)

Como “*consequência da inserção desigual e desvantajosa do contingente feminino afro-descendente, também os rendimentos auferidos por estas mulheres tem se situado em patamar muito inferior aos demais grupos*”. As mulheres negras ganham menos que as não-negras, e a diferença é ainda maior quando comparado os rendimentos da mulher afro-descendente com os auferidos pelo homem branco. (GALEAZZI e GARCIA, 2003).

A TABELA 2 apresenta, de forma sucinta, o grau de desigualdades de rendimentos entre quatro distintos grupos populacionais: homens brancos, considerados como grupo padrão, homens negros também vítimas da discriminação, assim como as mulheres brancas e

finalmente as mulheres negras, que representam o grupo mais oprimido e discriminado. Os dados são do ano de 1998, coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, sendo padronizado pelo IPEA.

**TABELA 2 – Comparação de Rendimentos Mensais Padronizados por 40 horas de trabalho em Setembro de 1998**

Grupos	Renda Mensal em Reais	Como Porcentagem do grupo Padrão
Homens Brancos	R\$ 726,89	
Homens negros	R\$ 337,13	46%
Mulheres Brancas	R\$ 572,86	79%
Mulheres Negras	R\$ 289,22	40%

Fonte: IBGE/IPEA, 1998, apud Soares, 2000

Observando a TABELA 2 constata-se que os homens negros recebem 54% a menos que os homens brancos, a mulheres brancas recebem 21% a menos que o grupo padrão, (homens brancos), e a mulheres negras é que são as maiores vítimas desta discriminação, ganhando cerca de 60% menos que os homens brancos.

Vale chamar a atenção, no entanto, para o fato de que as negras são as trabalhadoras mais discriminadas em todo o país. As brancas, por sua vez, estão mais bem representadas nos melhores empregos e nos setores mais organizados da economia, nos quais a probabilidade de obter salários mais elevados e melhores condições de trabalho é maior. (BRUSCHINI et al ,2006, pag.64)

Silva (2008) destaca que existem hoje no Brasil, aproximadamente 6,7 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, sendo que 6,2 milhões são mulheres, ou seja, 93,2% e apenas 6,8% são homens. *“o maior contingente é o das mulheres negras: as domesticas são 21.7% das mulheres ocupadas, ou seja, de cada 100 mulheres negras ocupadas no Brasil aproximadamente 22 são empregadas domésticas”*. Sendo que grande parte das empregadas domesticas não possuem carteira assinada, cerca de 72,5% delas, e dessas trabalhadoras informais 57,5% são negras, o que torna a situação da mulher negra ainda mais preocupante. *“O trabalho doméstico se mantém como uma das ocupações mais marcadas pela precariedade dos vínculos e pelo não cumprimento da legislação trabalhista”*.

A precariedade no vínculo de trabalho traz consigo um outro problema, a não contribuição previdenciária. Mesmo com o crescimento ocorrido nos últimos anos, apenas 29,9% das trabalhadoras domésticas contribuem para a previdência social.

Uma das causas é a ausência, ainda, da obrigatoriedade da carteira assinada por parte do empregador/a que estenda os direitos dos demais trabalhadores às domésticas. A inexistência de contribuição resulta em prejuízos no curto e longo prazo, privando-as do acesso a direitos como afastamento por motivos de doença ou maternidade, além de prejuízo referente à aposentadoria por tempo de contribuição. (SILVA, 2008, pag. 1)

Conforme destaca Praxedes (2003), *“predominam nas posições que concentram maior prestígio, poder e renda aqueles trabalhadores que mais se aproximam do estereótipo de macho branco, descendente de europeu com religião cristã”*. As mulheres de pele negra ficam à margem dos bons postos de trabalho, por mais qualificada que sejam.

Pode-se dizer que para a população negra a superação das situações de discriminação constitui-se em um problema que podemos associar a uma redefinição de sua própria identidade. Desde o processo da Abolição no Brasil, há 115 anos, a identidade da mulher negra passa por um processo de redefinição. Ao resistir organizadamente ela rompe com as barreiras que a circunscrevem a determinados espaços e se redescobre como cidadã. Ao pensarmos a situação da mulher negra no Brasil atual temos que levar em consideração que em uma sociedade democrática o respeito às diferenças de raça, etnia, gênero, orientação sexual, aparência física não é abandonar cada segmento à sua própria sorte, mas questionar as relações de poder que hierarquizam as diferentes posições. (PRAXEDES, 2003, pag.1)

É importante ressaltar que no decorrer da história brasileira, estas mulheres foram, de forma admirável, rompendo barreiras, superando preconceitos e conquistando espaços. Obviamente ainda há muito a se conquistar, mas elas estão mostrando garra e persistência e isto tem melhorado suas condições de vida, tanto financeira quanto social. A trajetória destas mulheres, no decorrer dos anos, suas conquistas e os desafios enfrentados, são provas da luta delas por igualdade de oportunidades e por uma inclusão social sem preconceitos e discriminações.

## 2.7.2. Duplas jornadas de trabalho

A sociedade brasileira parece não ter se acostumado com o progresso feminino no mercado de trabalho, com a mulher exercendo funções de executiva, de mulher de negócios e de essa mesma mulher ser chefe do lar, mãe e dona de casa. A sociedade ainda olha com receio para os poucos homens que assumem tarefas domésticas, pois, isso era algo inimaginável há algumas décadas. Embora, sempre se debatesse que homens e mulheres deveriam ser tratados como iguais, na prática isso nunca funcionou. Ainda não é comum a



divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres, isso independe de a mulher desempenhar atividade econômica ou não.

As mulheres que realizam atividades econômicas enfrentam duas, ou em alguns casos, até três jornadas de trabalho. Desenvolvem atividade fora do lar para contribuir ou garantir orçamento familiar e *“ainda tem que atuar como mãe, dona de casa, e esposa”*. Além de todas as ocupações, citadas anteriormente, elas ainda são vítimas de preconceitos de todas as ordens, tais como: rendimentos inferiores aos percebidos pelos homens, mesmo quando realiza as mesmas tarefas; são discriminadas pelo simples fato de ser mulher, não bastasse isso elas ainda precisam encontrar um tempo para cuidar de si, manter-se linda, pois a sociedade exige isso. (FURLANETTO, 2003)

De acordo com dados do IBGE (2007) o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho não diminuiu o tempo gasto por elas na realização das tarefas domésticas.

Pelo contrário, na faixa etária de 25 a 49 anos de idade, onde a inserção das mulheres nas atividades remuneradas é maior e que coincide com a presença de filhos menores, o trabalho doméstico ocupa 94,0% das mulheres. No país, 109,2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam realizar tarefas domésticas; sendo que, deste conjunto, 71,5 milhões (65,4%) são mulheres e 37,7 milhões (34,6%) são homens. No total da população masculina, observa-se, no Nordeste, a menor participação dos homens nestas tarefas (46,7%,) enquanto que, no Sul, se evidencia a maior taxa (62%). E, ainda, na população masculina, quem mais realiza tarefas em casa são os mais escolarizados (54%), enquanto que para as mulheres ocorre o inverso. Segundo o estudo, também pode-se deduzir que a aposentadoria permite aos homens se dedicarem mais a estas atividades. São os homens de 60 anos ou mais de idade que dedicam maior parte do seu tempo nestes afazeres (13 horas semanais). Do lado feminino, o trabalho doméstico consome mais tempo na faixa dos 50 a 59 anos de idade, chegando a 31 horas semanais, cerca de 3 vezes mais que o tempo dedicado pelos homens de mesma idade.(IBGE, 2007 pag. 1).

A *“existência de um cônjuge masculino dentro de casa representa um aumento de cerca de duas horas semanais em afazeres domésticos”*. A maior jornada acontece em famílias compostas pelo casal e por filhos menores de 14 anos onde são gastas cerca de 29,7 horas semanais na realização das tarefas domésticas. Entre 2001 e 2005, havia no Brasil cerca de 109,2 milhões de pessoas desenvolvendo alguma tarefa doméstica. Sendo que 71,5 milhões, desse total, eram mulheres. *“Entretanto, em relação ao total da população feminina, 90,6% das mulheres se ocupam das tarefas do lar”*. E haja vista o processo de inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, que vem ocorrendo desde meados da

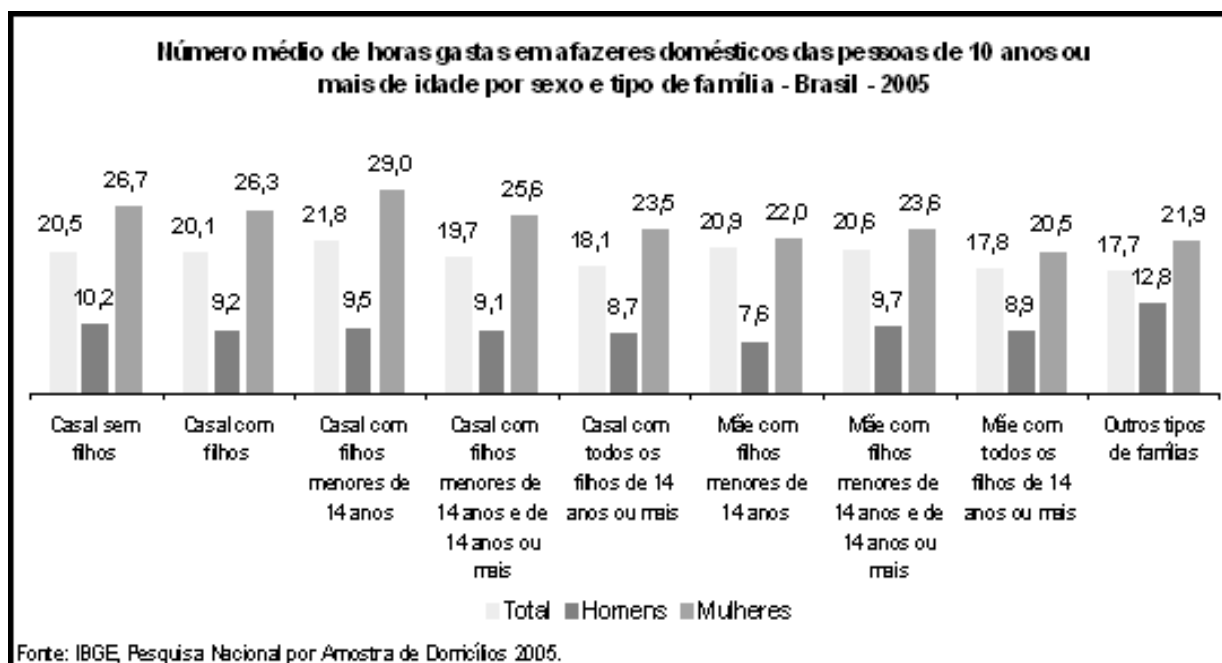
década de 70, fica fácil perceber que grande maioria das mulheres que desenvolvem alguma atividade econômica, fora de casa, são também as responsáveis pelos afazeres domésticos, fazendo com que estas mulheres desenvolvam jornadas duplas ou até triplas de trabalho. (IBGE, 2007).

De acordo com o IBGE (2007), pode-se destacar que nas famílias que possuem rendimento per capita de até 1 salário mínimo, *“o maior tempo observado despendido pela mulheres em atividades domesticas ocorre nas famílias formadas por casal com filhos menores de 14 anos (33,2 horas semanais)”*. Nas famílias cujos rendimentos per capita são superiores a 3 salários mínimos *“a jornada é mais intensa para as mulheres em famílias formadas por casal com filhos maiores de 14 anos( 26,5 horas semanais)”*.

O GRAFICO 7, apresenta o número médio de horas, semanais, gastas em afazeres domésticos. Como pode ser observado, e como salientado anteriormente, as mulheres são a maioria das responsáveis pelos afazeres domésticos. Nas famílias compostas apenas pelo casal, sem filhos, elas despendem em média 26,7 horas semanais com afazeres domésticos, enquanto os homens gastam em media 10,2 horas semanais, embora exista uma grande diferença entre homens e mulheres, é nestas famílias que se encontra a participação mais expressiva de homens nos afazeres domésticos. (IBGE, 2007).

Em famílias compostas pelo casal e por filhos menores de 14 anos as mulheres gastam 29,0 horas semanais, enquanto os homens apenas 9,5 horas por semana. A menor participação masculina no desempenho das tarefas domésticas, está nas famílias compostas pela mãe e filhos menores de 14 anos, neste caso a média de horas gastas pelas mulheres é de 22 horas semanais, enquanto os homens despendem cerca de 7,6 horas por semana. Com base no gráfico, pode ser verificado que a participação dos homens nos afazeres domésticos é pequena se comparada com a das mulheres e que mesmo com a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho esta realidade não mudou. (IBGE, 2007).

**GRÁFICO 7 – Número médio das horas gastas em afazeres domésticos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e tipo de família, no Brasil em 2005**



Fonte: IBGE, 2007

A TABELA 3, a seguir, aponta que para a população ocupada o tempo gasto para a realização de afazeres domésticos é de 9,1 horas semanais para os homens contra 21,8 para as mulheres. Já “*carga horária remunerada feminina é de 34,7 horas semanais e a masculina, 42,9. No entanto, considerando a jornada do trabalho produtivo mais os afazeres domésticos nos cinco dias úteis da semana, as mulheres, em média, trabalham 11,5 horas por dia contra 10,6 horas para os homens*”. A região Sudeste as mulheres possuem a maior média de carga de trabalho, cerca de 36,7 horas e 21,3 horas são gastas na realização de funções domésticas e os homens gastam 9,0 horas semanais. (IBGE, 2007)

No Nordeste “*a carga horária feminina teve a menor média de horas remuneradas com 31,2. Contrastando com este quadro, as trabalhadoras nordestinas se ocupam nas tarefas domésticas com 23,9 horas por semana, a média mais alta do país*” e os homens nordestinos gastam 9,7 horas semanais. Na região Sul as mulheres gastam 21,0 horas semanais e os homens somente 8,6 horas por semana. Na região Centro-Oeste é 20,4 horas gastas pela mulher, contra 9,0 pelo homem. E finalmente na região Norte as mulheres consomem 20,4 horas por semana e os homens 9,3. (IBGE, 2007)

**TABELA 3 – Número médio de horas gastas em afazeres domésticos das pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas por grupos de idade segundo o sexo e as Grandes Regiões -2005**

Sexo e Grandes Regiões	Total	Grupos de idade				
		10 a 17	18 a 24	25 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>Total</b>	<b>16,3</b>	<b>11,0</b>	<b>13,3</b>	<b>16,8</b>	<b>18,5</b>	<b>18,7</b>
Norte	15,3	10,5	13,9	15,8	16,8	17,6
Nordeste	17,9	11,6	15,0	18,8	20,4	20,1
Sudeste	16,1	10,9	12,6	16,4	18,5	18,3
Sul	15,3	9,9	12,2	15,8	17,0	18,2
Centro-Oeste	15,4	11,1	12,7	16,1	17,0	16,9
<b>Homens</b>	<b>9,1</b>	<b>8,0</b>	<b>8,4</b>	<b>9,2</b>	<b>9,5</b>	<b>10,8</b>
Norte	9,3	7,8	9,1	9,6	9,7	9,8
Nordeste	9,7	8,6	8,9	9,8	10,4	11,6
Sudeste	9,0	7,6	8,2	9,1	9,4	10,3
Sul	8,6	7,2	7,7	8,5	8,9	11,2
Centro-Oeste	9,0	8,1	8,3	9,0	9,1	10,4
<b>Mulheres</b>	<b>21,8</b>	<b>14,1</b>	<b>17,1</b>	<b>22,5</b>	<b>25,2</b>	<b>25,9</b>
Norte	20,4	13,8	18,2	21,0	22,6	25,8
Nordeste	23,9	15,1	20,0	24,9	26,9	27,2
Sudeste	21,3	13,7	15,6	21,9	25,0	25,7
Sul	21,0	12,8	15,8	21,7	24,2	24,9
Centro-Oeste	20,4	14,3	16,2	21,0	23,9	24,4

Fonte: IBGE/PNAD, 2007

Nota-se que os afazeres domésticos são realizados em geral pelas mulheres “*embora, se tenha observado um pequeno aumento da participação masculina nessas atividades, principalmente entre os mais velhos*” e entre os mais escolarizados. Mais é pouco expressiva a presença de homens na realização de tais atividades. Parece que a sociedade ainda não se adaptou a nova realidade do mercado de trabalho nacional, ou melhor, com a participação cada vez maior da mulher na composição da força de trabalho, e por isso ainda acredita que os afazeres domésticos são responsabilidades exclusivas da mulher. Por mais que ela consiga conciliar a jornada diária de trabalho com os cuidados com a casa ela carece de tempo para o lazer, para o descanso, para recompor suas energias. Sendo que o tempo de que necessita só será conquistado a partir do momento em que ela deixar de exercer duas jornadas de trabalho diárias.

### **3. O MERCADO DE TRABALHO FEMININO EM SANTA CATARINA**

#### **3.1. Introdução**

O presente capítulo objetiva abordar o mercado de trabalho feminino em Santa Catarina, apontando para suas principais características e como se encontra estruturado. A análise da situação da mulher trabalhadora no estado será baseada em dados como os principais postos de trabalho, sua remuneração, sua qualificação, o impacto da terceirização sobre suas vidas e através das jornadas de trabalho que estas desempenham durante o dia-a-dia.

#### **3.2. O mercado de trabalho formal catarinense**

De acordo com Mattei e Lins (2001), o mercado de trabalho catarinense segue a mesma tendência do mercado de trabalho brasileiro, mas com uma diferença importante: em Santa Catarina grande parte dos trabalhadores possuem contrato formal de trabalho, ou seja, são registrados em carteira. Desta forma o Estado de Santa Catarina, se destaca como uma das Unidades da Federação com maior índice de trabalhadores formais. Venturi (2007) complementa afirmando que *“o mercado formal de trabalho catarinense apresentou nos últimos anos uma evolução crescente, de modo que os setores mais dinâmicos do estado, em especial a indústria de transformação, foram responsáveis pelas maiores variações no total do emprego”*.

Santa Catarina, a partir da década de 1960, assistiu a um processo de modernização e mecanização do setor agropecuário. Como consequência, do uso de novas tecnologias no campo, ocorre uma expansão da fronteira agrícola, a produção aumenta e muitos trabalhadores são substituídos por máquinas sofisticadas. Sem opção de trabalho no campo estes trabalhadores migram para os centros urbanos. *“Essa dinâmica contribui para o excedente de trabalhadores necessários à indústria de transformação que se encontrava em*

*ascensão*”. Esta indústria, por um lado, foi a causadora do êxodo rural, da expropriação do agricultor da terra, e por outro, foi responsável pela absorção deste contingente de trabalhadores no centro urbano, empregando-os em fábricas de grande porte que se encontravam em plena expansão. (PILLATTI, 2004)

Na década de 1970 houve uma continuação deste processo, e nas décadas de 1980 e 1990, *“a economia catarinense seguiu os eventos econômicos ocorridos na economia nacional de modo que apresentou períodos de ajustes e crises, assim como períodos de reestruturação produtiva frente ao novo cenário internacional”*. (PILLATTI, 2004).

No estado de Santa Catarina a globalização acompanhada da reestruturação produtiva tem deixado suas marcas, as indústrias estão cada vez mais investindo em inovações tecnológicas deixando de contratar empregados para adaptar máquinas, o que fez com que o emprego formal fossem diminuindo e o setor informal se ampliando, fazendo com que a PEA (População Economicamente Ativa) aumentasse sem necessariamente ocorrer um aumento da população, isso principalmente porque indivíduos a partir de 10 anos ingressam no mercado de trabalho, ou mesmo estudantes, donas de casa e outras pessoas que não eram economicamente ativas decidem procurar emprego, começando a fazer parte da PEA. Tanto as dificuldades econômicas das famílias como a emancipação da mulher podem ter obrigado estudantes e mulheres a engrossar o exército da PEA. (VIEIRA e ROHDEN, 2001, pag.2)

De acordo com a TABELA 4, no início da década de 1990, ocorreu uma significativa redução no *“nível de emprego formal cuja recuperação é retomada em 1993 e interrompida a partir do 2º trimestre de 1995”*. Nos três primeiros anos da década (90-92), foram eliminados cerca de 90 mil empregos com carteira assinada no estado. Nos anos de 93 e 94 houve uma retomada do crescimento econômico, após a criação do Plano Real e da redução dos índices inflacionários que *“possibilitou a criação de pouco mais que 41 mil vagas, que não foram suficientes para compensar o baixo desempenho dos três anos anteriores”*. O quadro abaixo resume o que foi exposta acima. (OSNILDO FILHO,1999).

**TABELA 4 – Flutuação Anual do Emprego Formal em Santa Catarina Período: 1990 a 1998**

ANO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	VARIAÇÃO EMPR.(%)
1990	340.387	387.655	-47.268	-5,00
1991	295.004	319.746	-24.742	-2,76
1992	236.085	253.695	-17.610	-2,02
1993	304.606	287.759	16.847	1,97
1994	365.911	341.329	24.582	2,82
1995	394.830	416.195	-21.365	-2,38
1996	327.391	344.106	-16.715	-1,91
1997	351.628	348.340	3.288	0,38
1998	327.268	347.095	-19.827	-2,30
<b>TOTAL</b>	<b>2.943.110</b>	<b>3.045.920</b>	<b>-102.810</b>	<b>-10,88</b>

Fonte: SINE/SC, apud OSNILDO FILHO 1999

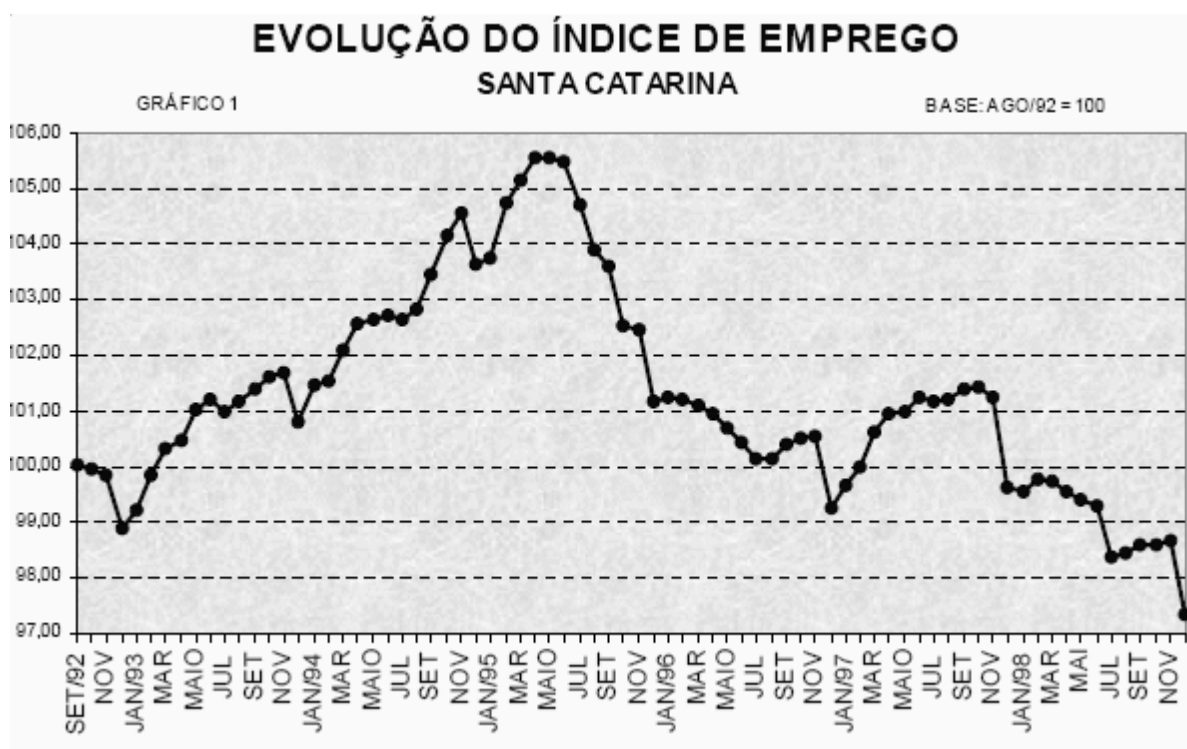
A partir do segundo trimestre de 1995, devido a crise enfrentada pelo México, “os gestores da política econômica elevam violentamente as taxas de juros e impõem um pacote de medidas restritivas ao consumo que repercutiram imediatamente no nível da atividade econômica e na geração de empregos formais”. De 1995 até final de 1998 “as condições macroeconômicas (sobrevalorização cambial, abertura comercial, juros altos, restrição creditícia, etc.) foram, provavelmente, as principais causas da violenta retração no nível de emprego” mesmo que alguns “aspectos estruturais também tenham provocado a redução da demanda por novas vagas”. No período compreendido entre junho/95 até dezembro/98 cerca de 71 mil empregos formais deixaram de existir no estado, destes 80% se referiam a indústria de transformação. (OSNILDO FILHO, 1999).

Um olhar sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho em Santa Catarina revela que até o final da década de 1990 os postos formais de trabalho no estado mantiveram-se estáveis e com um baixo crescimento. Em 1995 houve uma queda do número absoluto de ocupações formais, como reflexo das políticas de estabilização adotadas no início da década, de forma que se perderam empregos estáveis no período. (VENTURI, 2007, pag.42)

O GRAFICO 8 mostra a evolução do índice de emprego formal no estado. Pode-se notar que “o início do Plano Real - julho/94 coincide com um ciclo de retomada do crescimento econômico que é acompanhado, ainda que timidamente, da expansão no nível de emprego formal”. No segundo trimestre de 95, “os gestores da política econômica elevam violentamente as taxas de juros e impõem um pacote de medidas restritivas ao consumo que repercutiram imediatamente no nível da atividade econômica e na geração de empregos

*formais*”, estas medidas foram tomadas em resposta a crise econômica que o México acabara de enfrentar. De 95 até o final de 97 as condições macroeconômicas adversas “*sobrevalorização cambial, abertura comercial, juros altos, restrição creditícia*”, possivelmente tenham sido os principais responsáveis pelo fraco desempenho do emprego, embora outros fatores também tenham contribuído. “*Considerando todos os anos 90, o balanço entre admitidos e desligados na economia formal no estado resultou na destruição de 102.810 empregos, significando uma retração de 10,88% no continente de empregados*” (OSNILDO FILHO, 1999).

**GRÁFICO 8 – Evolução do Índice de Emprego Formal em Santa Catarina (set/92 à nov/98)**



Fonte: SINE/SC, apud OSNILDO FILHO, 1999, p. 4

Convém destacar que, de acordo com o IBGE, a PEA – População Economicamente Ativa do estado passou de 2.160.372 pessoas em 1990 para 2.544.981 em 1997, um aumento de 17,8% ou 384 mil pessoas a mais pressionando o mercado de trabalho, enquanto cerca de 102 mil vagas formais desapareceram no período. A combinação do crescimento da PEA com o número de empregos com carteira assinada desativados sugere que, somente no período considerado, o “déficit” no mercado formal de trabalho cresceu em quase 490 mil vagas. Este número inclui as pessoas que ficaram desempregadas e aquelas que migraram para o mercado informal de trabalho. (OSNILDO FILHO, 1999, pag. 3)

Rohden e Vieira (2001), afirmam que para absorver a expansão da PEA catarinense seriam necessários 50 mil novos postos de trabalho por ano, mas isso não acontece e como a oferta



de postos de trabalho é menor do que a demanda, muitos trabalhadores acabam por entrar na informalidade.

Se o desemprego é sinônimo de incertezas para o trabalhador, a informalidade (autônomos, assalariados sem carteira, cooperativados, etc.) não é diferente. Boa parte das atividades exercidas no mercado informal são precárias, isto é exigem intensa jornada de trabalho, vêm acompanhadas de baixas remunerações, ausência de contribuições tributárias e previdenciárias, que evidenciam relações de trabalho incertas e obscuras. (ROHDEN e VIEIRA, 2001 pag. 5)

Diante deste cenário incerto, em que se apresenta o mercado de trabalho catarinense, se faz necessário a criação *“de programas de educação e capacitação para os trabalhadores, a fim de fornecer-lhes maiores possibilidades de conseguir trabalho em setores econômicos onde a aquisição de novas competências é condição necessária para o sucesso no desempenho de suas funções”*. Faz-se necessário também uma revisão de políticas públicas com o objetivo de criar novas oportunidades de emprego e garantir assim uma melhora na qualidade de vida da população. (ROHDEN e VIEIRA, 2001).

### 3.3. A Mulher Catarinense no Mercado de Trabalho

A presença de mulheres no mercado de trabalho catarinense subiu de 34,3% em 1986 para 41,68 % em 2006. Mas, indicadores de desemprego apontam que o mercado de trabalho catarinense não está tendo capacidade suficiente para absorver o enorme contingente de mulheres que se encontram desempregada, elas representam quase o dobro dos homens desocupados. *“Em 2005 a taxa de desocupação para os homens era 2,9% e para as mulheres 6,5%. Em 2006, apesar da taxa para mulheres registrar uma pequena redução em relação a 2005, ao atingir 6,2%, este índice ainda é quase que o dobro do verificado para homens (3,5%)”*, ou seja, mesmo com uma maior inserção no mercado de trabalho catarinense, as mulheres ainda são a maioria dos trabalhadores desocupados. (OSNILDO FILHO, 1999; PADOIN, 2008).

A TABELA 5 revela que, no período compreendido entre 1991 e 2006, a distribuição de postos formais de trabalho registrou um crescimento de 5,44% para as mulheres, contra um crescimento de 3,68% para os homens. *“Esse dado revela a tendência de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos”*. A participação das mulheres no mercado de trabalho passou de 35,17% em 1991,

para 41,68% no ano de 2006. Para os homens este mesmo período foi marcado por uma queda nos percentuais de participação nos postos formais de trabalho, sendo que em 1991 eles respondiam por 64,83% dos ocupados, no mercado formal de trabalho catarinense, e em 2006 este percentual havia caído para 58,32% (MATTEI e VENTURI, 2008)

Essa mudança na composição da estrutura do emprego formal é derivada de condicionantes econômicos que levaram à mulher a buscar maior participação na renda familiar, além da própria geração de empregos estar mais condicionada a esta oferta, o que fez aumentar os postos formais em setores que empregam mais mulheres, como é o caso do setor de serviços domésticos. No entanto, não se deve descartar a hipótese de que a contratação de mais mulheres teria sido condicionada pelos menores salários impostos às mesmas, como condição de reduzir os custos produtivos. (MATTEI e VENTURI, 2008, pag. 16)

**TABELA 5 – Distribuição dos Postos Formais de Trabalho segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2006**

	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>SC</b>
<b>1991</b>	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
<b>1992</b>	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
<b>1993</b>	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
<b>1994</b>	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
<b>1995</b>	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
<b>1996</b>	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
<b>1997</b>	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
<b>1998</b>	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
<b>1999</b>	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
<b>2000</b>	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
<b>2001</b>	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
<b>2002</b>	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
<b>2003</b>	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
<b>2004</b>	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
<b>2005</b>	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
<b>2006</b>	932.252	58,32	666.202	41,68	1.598.45
<b>Taxa cresc. a.a</b>		3,68		5,44	

Fonte: RAIS/ TEM, apud MATTEI e VENTURI, 2008, p 15

Esta maior participação feminina na composição da força de trabalho catarinense se deve fundamentalmente a melhor qualificação profissional, ao aumento do grau de instrução e, como foi citado anteriormente, ao fato de que as mulheres, mesmo quando qualificadas, por medo de permanecer desempregadas, acabam por “agarrar” a primeira oportunidade que lhes

aparece. Isto faz com que, em muitos casos, trabalhadoras bem qualificadas sejam ocupadas em atividades precárias, recebendo baixos salários. Não se pode esquecer que a redução da fecundidade das mulheres catarinenses também foi um dos fatores responsáveis pela maior participação de mulheres em atividades econômicas. O maior desafio a ser superado pelas trabalhadoras, talvez seja as diferenças salariais que persistem.

### 3.3.1. Nível educacional e remuneração da mulher catarinense

Em termos proporcionais *“a inserção feminina no mercado de trabalho supera a masculina apenas nos níveis de escolaridade mais elevados”*. A cada 10 novos postos de trabalho criados no estado em 2006, para trabalhadores com níveis superior completo, ou incompleto, 6 foram preenchidos por mulheres e 4 por homens, *“mesmo assim, nota-se que o fim da discriminação contra a mulher ainda está longe, pelo menos no que se refere à remuneração do trabalho”*. Dados do Ministério do Trabalho, disponíveis na Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, apontam que a *“remuneração média feminina ainda é inferior a masculina em todos os níveis de escolaridade, regiões geográficas, atividades econômicas onde atua e até os níveis ocupacionais, mesmo quando atua em funções iguais”*. No ano de 2006, as mulheres ocupadas receberam remunerações 14,7% inferiores as auferidas pelos homens. É importante frisar que esta diferença chega a aproximadamente 36% quando os ocupados, homens e mulheres, possuem nível superior. (PADOIN, 2007)

Sendo assim, verifica-se que em Santa Catarina, assim como Brasil e em grande parte do mundo, as mulheres continuam sendo vítimas de discriminações e recebem salários menores do que os homens.

As mulheres catarinenses estão ingressando no mercado de trabalho com salário em média 14,7% menor que o dos homens, mesmo tendo escolaridade maior. A diferença entre as remunerações recebidas por homens e mulheres é mais acentuada no Estado do que no País. Na média nacional, a diferença salarial a favor dos homens é de 9,7%.(...) Uma das explicações para a remuneração menor das mulheres é o fato de elas aceitarem, mais do que os homens, trabalhos que exigiam uma escolaridade mínima menor. Profissionais com curso superior trabalhando como vendedoras no comércio varejista, por exemplo. (COSTA, 2007, pag. 1)

As diferenças salariais entre homens e mulheres constituem uma relação de discriminação, onde as vítimas, as mulheres, geralmente bem qualificadas, se sujeitam a trabalhar por longas jornadas, às vezes desempenhando as mesmas atividades que os homens e recebendo salários muito menores. É uma relação que *“se mantém estável entre 1986 e 1996, segundo a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais”*. (OSNILDO FILHO, 1999).

De acordo com dados da CAGED- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, apresentados por Osnildo Filho, (1999), *“esta situação provavelmente agravou-se na medida que, observa-se um grande índice de rotatividade onde as mulheres são contratadas com um salário médio 12,8% menor que as desligadas”*. Estes dados sugerem que *“o mercado está demitindo quem ganha mais e preenchendo a mesma vaga com salários mais baixos”*. Além disso, nos anos de 97 e 98 *“as mulheres foram contratadas recebendo, em média, 15,3% a menos que os homens”*. E à medida que se aumenta o grau de escolaridade, aumenta-se também a diferença dos salários *“chegando a 28,4% para aquelas que têm o 2º grau e de 38,1% para quem tem curso superior, quando comparado com o salário de contratação de homens com igual escolaridade”*.

A TABELA 6 apresenta a distribuição percentual dos postos de trabalho, segundo gênero e remuneração em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999. Na faixa que compreende até um salário mínimo, no ano de 1991, as mulheres representavam 41,43% e os homens 58,57%. Em 1999 estes percentuais foram para 52,09% e 47,91%, respectivamente. Nota-se que as mulheres conseguem uma inserção maior, mais com níveis salariais ainda muito baixos. Enquanto os homens experimentam rendimentos mais elevados. (VIEIRA, 2006).

Na faixa que abrange os trabalhadores que recebem de um salário mínimo a dois salários mínimos, o percentual de mulheres era de 40,55% em 1991, subiu para 46,34% em 1999. *“Isto reforça a idéia da inserção das mulheres no mercado de trabalho com os níveis salariais mais baixos, comparativamente aos homens”*. (VIEIRA, 2006).

A maioria dos trabalhadores se enquadra na faixa dos que recebem até três salários mínimos. *“Somando-se homens e mulheres no ano de 1991 o total destes trabalhadores era de 379.741 trabalhadores com esta faixa de rendimento. No ano de 1999, este numero passou para 542.064”*. Pode-se notar , que embora lentamente, as mulheres, no decorrer dos anos, estão conquistando maiores rendimentos (VIEIRA, 2006).

De três a cinco salários mínimos, em 1991, as mulheres representavam 28,65% e os homens 71,35%. Já em 1999, o percentual de mulheres subiu para 30,26% e o dos homens caiu para 69,74%. Na faixa de cinco a dez salários mínimos, as mulheres, em 1991, eram 31,90% e os homens eram 68,10%. Os dados mostram que o gênero masculino ainda é a maioria nesta faixa de salários. (VIEIRA, 2006).

**TABELA 6 – Distribuição Percentual dos postos formais de trabalho, segundo gênero e remuneração em Santa Catarina nos anos de 1991 e 1999**

	1991				1999			
	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %	Mascu- lino	Partic. %	Femi- nino	Partic. %
De 0,00 a 0,50 salário mínimo	422	54,88	347	45,12	918	54,19	776	45,81
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	10.527	58,57	7.446	41,43	10.097	47,91	10.976	52,09
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	95.948	59,45	65.452	40,55	126.953	53,66	109.625	46,34
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	116.584	58,41	83.015	41,59	168.222	59,50	114.497	40,50
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	84.318	61,85	52.000	38,15	101.108	68,32	46.893	31,68
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	57.001	71,35	22.883	28,65	61.444	69,74	26.659	30,26
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	63.700	74,97	21.262	25,03	64.950	70,82	26.755	29,18
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	38.740	68,10	18.149	31,90	38.967	67,07	19.133	32,93
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	28.615	71,83	11.223	28,17	26.360	67,29	12.815	32,71
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	13.480	77,56	3.901	22,44	12.599	73,05	4.648	26,95
Mais de 20,00 salários mínimos	21.403	81,73	4.786	18,27	18.904	80,69	4.523	19,31
Ignorado	11.730	75,37	3.834	24,63	2.813	68,46	1.296	31,54
<b>Total</b>	<b>542.468</b>	<b>64,83</b>	<b>294.298</b>	<b>35,17</b>	<b>633.335</b>	<b>62,59</b>	<b>378.596</b>	<b>37,41</b>

Fonte: RAIS/MTE, apud VIEIRA, 2006 pag. 49

Na faixa que abrange trabalhadores que recebem acima de dez salários mínimos, no ano de 1991, os homens representavam 75%. Em 1999 os percentuais mantiveram-se praticamente inalterados. Finalmente, na faixa dos trabalhadores que recebem mais de vinte salários mínimos, em 1991, as mulheres eram apenas 18,27% e os homens 81,73%. Em 1999, os percentuais eram 19,31% para as mulheres, ou seja, verificou-se um pequeno acréscimo

nos rendimentos femininos, e para os homens houve uma pequena queda, e o novo percentual passou a ser 80,69%. (VIEIRA, 2006).

A condição de inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda se dá de maneira menos vantajosa do que para os homens. Embora estas tenham aumentado sua participação no mercado de trabalho catarinense nos anos de 1990, restam conquistas importantes a serem alcançadas no que tange às condições de remuneração. No entanto, deve-se registrar que a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, expressada através das condições inferiores de rendimento em relação aos homens, não é privilégio exclusivo do mercado de trabalho catarinense.

Historicamente as diferenças salariais entre os gêneros, existentes na maioria dos países é muito forte no Brasil, eram explicadas pelo fato de que as mulheres não precisariam desempenhar atividades econômicas. Suas obrigações estariam ligadas ao lar, aos afazeres domésticos, cuidados com os filhos. Pois enquanto solteiras estas deveriam ser sustentadas pelo pai e quando casadas o seu sustento passaria a ser responsabilidade dos maridos. Por isso, quando as mulheres passaram a procurar uma colocação no mercado de trabalho, entendeu-se que seu salário deveria ser apenas um complemento do recebido pelo esposo. (STEIN, 2000).

Mesmo com o passar do tempo, apesar de muitas mulheres serem as únicas responsáveis pelo sustento familiar, seus salários continuam sendo menores que os percebidos pelos homens. Para receber um salário compatível com o do homem ela precisa apresentar uma produtividade maior. *“Essa característica de elevar a produtividade a custos menores é a formula do sucesso do sistema baseado na produção capitalista, e isso é alcançado através do determinante dominação-exploração”*. (RAMOS, 2006).

(...) quando uma mulher começa a ter um rendimento, fruto de seu próprio trabalho, e muitas vezes é este rendimento que de fato sustenta a casa, o marido sente-se perdendo um espaço, mais que isso, sente que seu espaço “masculino” está sendo invadido e muitos homens fazem questão de afirmar que o rendimento da mulher é apenas uma ajuda, um complemento ao orçamento familiar, mesmo que seja o rendimento da mulher que sustente a casa. Neste caso, as mulheres estão ampliando o repertório de imagens do que seja feminino. Se for ela, a garantir o sustento da casa, deixa de estar associado exclusivamente ao masculino e passa a fazer parte do espaço feminino. Desconstrói a imagem da mulher passiva e incapaz da vida racional e de decisões de peso, revela a presença da mulher reinventando o seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência e dominação masculina e classista, destacando-se sua atuação como sujeito histórico e, portanto, de sua capacidade de luta e participação na transformação das condições sociais de vida. (STEIN, 2000, pag. 7)

Padoin (2008), baseado em dados da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, afirma que as mulheres catarinenses possuem níveis educacionais superiores ao apresentado pela população masculina, além disso, elas *“apresentam maior participação naquelas ocupações com exigências de maior perfil de escolaridade”*.

Entretanto, estas ocupações além de serem ofertadas em menor escala, os ocupantes do sexo feminino recebem menores salários na contratação. Segundo especialistas sobre a temática, algumas causas podem ser elencadas, como o fato das mulheres com maior escolaridade se sujeitarem a exercer atividades que exigem grau de instrução menor. (PADOIN, 2008, pag. 1)

A TABELA 7 apresenta a remuneração média em dezembro de 2005, separada por gênero de acordo como nível de escolaridade. *“Quando se tem como referência o corte por gênero, verifica-se que o rendimento médio da mulher, em 2005, correspondia a um valor 23,7% menor que o percebido pelos homens”.*

**TABELA 7 – Remuneração Média em dez/2005 por gênero e grau de instrução, Santa Catarina**

<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>MASC.</b>	<b>FEM.</b>	<b>DIFERENCIAL ( em %)</b>
Analfabeto	579,00	432,00	-25,4
4ª série incompleta	642,00	474,00	-26,2
4ª série completa	762,00	519,00	-31,9
8ª série incompleta	750,00	510,00	-32,0
8ª série completa	801,00	555,00	-30,7
2º grau incompleto	786,00	567,00	-27,9
2º grau completo	1.089,00	756,00	-30,6
Superior incompleto	1.533,00	972,00	-36,6
Superior completo	3.369,00	1.947,00	-42,2
<b>Total</b>	<b>1.116,00</b>	<b>852,00</b>	<b>-23,7</b>

Fonte: MTE - RAIS/2005 - apud OSNILDO FILHO, 2006, pag.9

Em todos os níveis de escolaridade a remuneração das mulheres é inferior a dos homens. Como pode ser observado na tabela acima, quando avaliados os trabalhadores analfabetos a remuneração feminina é 25,4% inferior a masculina. Nos níveis de escolaridade, 4º série incompleta e completa elas recebem 26,2% e 31,9% respectivamente, a menos que os homens. Mas é no ensino superior que a diferença se mostra ainda maior. Quando avaliados os trabalhadores com ensino superior incompleto e completo a diferença entre homens e mulheres chega a 36,6% e 42,2% respectivamente. Ou seja, as mulheres que possuem ensino superior completo recebem 42,2% a menos que os homens com o mesmo grau de instrução, isso ocorre até mesmo quando ambos desempenham as mesmas atividades. (OSNILDO FILHO, 2006).

O diferencial na remuneração média entre os gêneros não pode ser atribuída somente a diferenças na jornada de trabalho, uma vez que a média de horas contratadas masculina é cerca de 43 horas semanais e a feminina é de 41 horas. Vale lembrar que a remuneração média feminina é inferior a masculina em todos os níveis de

escolaridade, sendo as maiores diferenças verificadas nos graus de instrução superior completo e superior incompleto. (OSNILDO FILHO, 2006, pag. 9).

Isto comprova que ao contrário do que se pode imaginar para as mulheres mais anos de estudo é sinônimo de maior diferença salarial, pois, quanto mais instruídas, menor é a probabilidade de receber salários iguais aos percebidos pelos homens. Embora esta realidade esteja mudando, as maiores diferenças salariais, ainda persistem entre os homens e as mulheres mais instruídos. As mulheres continuam apostando no aumento do grau de instrução como a melhor forma de conseguir emprego, visto que, sua escolaridade vem aumentando de maneira significativa no decorrer das últimas décadas.

### **3.4. Setores de atividade onde a participação feminina é mais expressiva no Estado**

De acordo com dados da RAIS/MTE, para os anos de 1990 e 1999, apresentados na TABELA 8, existem três setores que ofertam mais postos de trabalho as mulheres, que são: administração pública, serviços e comércio. *“No ano de 1990 as mulheres ocupavam nos setores da administração pública, serviços e comércio, 47,77%, 37,49%, 36,84%, respectivamente”*. Enquanto os homens representam maioria dos ocupados nos setores de extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. (VIEIRA, 2006).

As mulheres no ano de 1999 mantiveram maior participação nos mesmos setores, apontados no ano de 1990, embora com algumas alterações. *“No setor de administração pública as mulheres se tornam maioria no ano de 1999, com 52,11% dos postos de trabalho. No setor de serviços, em comparação com o ano de 1990, houve um aumento de 6,17% de postos de trabalho ocupados por mulheres”*. Nos setores da construção civil e da indústria de transformação a participação feminina permanece praticamente estagnada no ano de 1999. *“Nos demais setores houve um crescimento pequeno no número de mulheres ocupando postos de trabalho. Com relação aos homens, nota-se uma pequena redução dos postos formais de trabalho em consonância com o aumento da participação das mulheres”*. (VIEIRA, 2006).



**Tabela 8 – Distribuição e participação por gênero nos postos formais de trabalho dos setores da atividade econômica em Santa Catarina nos anos de 1990 e 1999**

	1990		1999	
	Partic. % Maculina	Partic. % Feminina	Partic. % Maculina	Partic. % Feminina
Extrativa mineral	97,36	2,64	94,33	5,67
Industria de transformação	68,10	31,90	68,16	31,84
Serviços industr de utili. publica	85,72	14,28	84,92	15,08
Construção civil	93,67	6,33	93,80	6,20
Comércio	63,16	36,84	62,19	37,81
Serviços	62,51	37,49	56,34	43,66
Administração publica	52,23	47,77	47,89	52,11
Agropecuária, extr vegetal, caca e pesca	82,62	17,38	81,17	18,83
<b>Total</b>	<b>64,83</b>	<b>35,17</b>	<b>62,59</b>	<b>37,41</b>

Fonte: RAIS/MTE apud Vieira, 2006, pg42

A participação feminina no mercado de trabalho catarinense é mais forte nos setores onde é pequena a utilização de tecnologias, enquanto os homens encontram-se em atividades que exigem maior conhecimento técnico, manuseio de máquinas e equipamentos sofisticados. E vale lembrar que, esta não é uma realidade somente das mulheres catarinenses ou brasileiras ela existe em muitos países, até mesmo nos desenvolvidos. As mulheres sempre foram submetidas a tarefas onde o nível tecnológico é muito baixo a intensidade de trabalho é elevada e os movimentos são repetitivos, elas ainda são consideradas exteriores as técnicas e aos processos inovativos. (HIRATA, 2002).

### 3.5. A Mulher Catarinense na Terceirização

Primeiramente deve-se entender o que caracteriza a terceirização. “A *terceirização se caracteriza quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra empresa, a terceira*”, ela “*passou a ser uma das formas mais procuradas por empresários para a diminuição dos gastos com produção*”. O termo “terceirização” implica na existência de uma empresa que se utiliza da especialização, qualidade e competência para prestar serviços à empresa contratante, ou seja, aquela que procura por estes serviços. Sendo que este processo pode ocorrer de duas

diferentes maneiras: uma seria através da “*desativação, parcial ou total, de setores produtivos. A empresa que terceiriza deixa de produzir e passa a suprir suas necessidades comprando de outras empresas*”. A outra maneira ocorre com “*a contratação de uma ou mais empresas que alocam trabalhadores para execução de algum serviço no interior da empresa cliente*”. (DIEESE, 2006; GARBIN, 2006).

Terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta. Ou seja, é a relação onde o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratado de maneira imediata por outra. (...) O fato da terceirização se dar através de uma empresa privada ou uma empresa estatal ou de uma fundação pública de direito privado, não altera o cerne da definição. Isto porque, se não há um retorno imediato em lucros, como parece ser o caso de fundações públicas, há uma economia geral de gastos com força de trabalho pelo Estado. (MARCELINO, 2007, pag. 57 e 58)

Garbin (2006) afirma que a terceirização é “*uma nova tendência do sistema produtivo, principalmente a partir de 1970, com a introdução da produção flexível, voltou-se para redução de custos com funcionários, a procura de funcionários qualificados, tecnologia avançada, maior qualidade do produto e aumento da lucratividade*”. Este novo paradigma produtivo está ligado à criação de “*empresas de pequeno porte, que são responsáveis pela prestação de serviços em outras empresas, geralmente de maior porte*”. Estas empresas chamadas de terceiras

(...) conseguem com maior facilidade eliminar os tempos mortos - fazendo suas equipes ‘rodarem’ entre os vários clientes – e aumentar o controle sobre os empregados. Sendo geralmente empresas especializadas na prestação de um determinado tipo de serviço, as terceiras conseguem, com maior sucesso que uma grande indústria, reduzir o superdimensionamento do volume de mão-de-obra necessário, inerentes às atividades de serviços, face à impossibilidade de prever, com a mesma racionalidade da produção, o momento da ocorrência e o volume da demanda. (...). (Borges e Druck, 1993, apud GARCIA, 2000, pag. 09).

A terceirização surgiu com uma alternativa para redução de custos das empresas e a representar uma nova forma de exploração do trabalho através de baixos salários e da precarização das relações trabalhistas. A mão-de-obra contratada pelas empresas terceirizadas, geralmente, dependendo de que prestação de serviços se refere, é pouco qualificada e acabam, por falta de opção, se sujeitando ao trabalho terceirizado. “*Evidencia-se o problema ligado a situação do trabalhador no processo de terceirização, pois as praticas de terceirização favorecem muito mais ao empresário do que a classe operária. Os direitos trabalhistas são modificados, fragmentados para atender o processo capitalista*”. Neste caso os sindicatos acabam tendo menos influencia e perdem representação e não raramente acabam submetendo-se às exigências do empresariado. (GARBIN, 2006).

Um estudo de caso realizado por Garbin (2006), em uma empresa que terceiriza serviços de limpeza e conservação na grande Florianópolis, revelou que a maioria das mulheres que lá trabalhavam não teve escolha. Movidas pela necessidade de contribuir com a renda familiar, ou de garantir o sustento das famílias, elas acabaram por agarrar a primeira oportunidade de trabalho que lhes apareceu.

Dentre o grupo de mulheres entrevistadas, de acordo com Garbin (2006), a maioria relatou o que já foi muito enfatizado no decorrer deste trabalho, as discriminações que sofrem quando procuram uma colocação no mercado de trabalho. Grande parte das ofertas de emprego é destinada aos homens e a pequena parte disponível as mulheres exige altos níveis de escolaridade mesmo que seja para realizar tarefas simples e em condições de trabalho precárias. A maioria das mulheres entrevistadas, (18 de 20), frisou que só estava naquela atividade por falta de opção e porque não possuíam estudo suficiente para conseguir um trabalho melhor, somente duas delas relataram que estavam trabalhando, no setor de serviços na área de limpeza e conservação, porque gostavam muito do que faziam e estavam realizadas ali.

Uma característica comum da terceirização é o contrato flexível, onde os horários de trabalho podem ser alterados pela parte contratante sempre que houver necessidade, implicando assim na inteira disposição das mulheres aos horários estipulados pela empresa contratante. Além disso, as mulheres relataram também que são as responsáveis pelos afazeres domésticos, evidenciando assim, a já mencionada, dupla jornada de trabalho. Ambas cumprem seus horários de trabalho remunerado e quando se encontram em casa se dedicam a realização das tarefas domésticas e cuidados com os filhos. (GARBIN, 2006)

Vale destacar que *“o perfil econômico/financeiro apresentou um nível salarial muito baixo, característico, por se tratar de uma empresa de limpeza e conservação e como a maiorias dos setores de serviços que não oferecem bons salários”*. Os rendimentos destas trabalhadoras variam de meio salário mínimo a 3 salários mínimos, dependendo da carga horária de cada uma. *“A baixa renda familiar faz com que o salário da mulher seja de suma importância para o sustento da casa”*, não somente um complemento, mas em alguns casos representa a totalidade da renda familiar e em outros um alto percentual desta renda. (GARBIN, 2006).

Neste mesmo estudo Garbin (2006), constatou que as mulheres, apesar, de trabalharem em condições precárias e receberem baixos salários, sentem-se orgulhosas de terem conquistado a tão sonhada independência. Ambas disseram se sentir mais realizada do que

quando eram apenas donas de casa. E isso é uma característica comum entre as mulheres que exercem atividades remuneradas, elas passam a se sentir mais felizes, mais livres. O fato de não dependerem exclusivamente da renda dos esposos melhora sua auto-estima consideravelmente.

Pode-se concluir que, do lado dos empresários, a terceirização foi extremamente benéfica, pois permitiu uma eliminação dos custos através da redução do pessoal, ausência de investimento em qualificação e tecnologia e ausência de vínculo empregatício. Mas do lado dos trabalhadores, em geral, implicou num aumento da precarização das relações de trabalho além da perda do poder de negociação junto aos sindicatos e da significativa redução salarial. As mulheres, como mencionado anteriormente, são muito visadas para ocupação de postos no setor de serviços e sua condição no mercado de trabalho que já é desvantajosa fica ainda pior quando se trata de trabalho terceirizado, onde os postos são mais precários e os salários conseqüentemente muito baixos.

### **3.6. A Mulher e a Jornada de Trabalho em Santa Catarina**

Segue breve abordagem sobre a luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil.

O trabalhador necessita de tempo para descanso e para recompor as energias gastas na realização da jornada de trabalho. Devido à importância do ser humano dispor de algumas horas diárias para o lazer e o descanso, ganhou força no decorrer das ultimas décadas o debate pela redução da jornada de trabalho e muitas manifestações ocorreram em prol desta luta.

No Brasil, a luta pela redução da jornada de trabalho coincide com o surgimento das primeiras indústrias. Entre o final do século XIX e início do século XX, quando foram instaladas as primeiras indústrias, a carga horária era de 12 e 15 horas diárias. As primeiras manifestações contrárias a jornadas tão extensas não tardaram a acontecer. Em 1907 aconteceu a primeira greve geral pela redução da jornada para oito horas diárias, em São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e Campinas, abrangendo sapateiros, pedreiros, metalúrgicos, gráficos, têxteis e trabalhadores na limpeza pública. Algumas dessas categorias conquistaram jornadas de oito a dez horas diárias. Em 1917 uma greve iniciada em julho, em uma fábrica têxtil de São Paulo, se estendeu para diversas categorias, especialmente depois da morte de um sapateiro durante uma manifestação. A principal reivindicação era novamente a redução da jornada de trabalho. Neste ano é apresentado a Câmara dos Deputados o Projeto lei (nº 119) que estabelece o dia de oito horas de trabalho efetivo para os operários do estado, das indústrias particulares e das minas. Neste mesmo ano, o Estado da Bahia é o primeiro a aprovar a redução da jornada para oito horas diárias. (CALVETE, 2004, apud MIRANDA, 2005, pag. 29 e 30)

Estas manifestações permitiram várias conquistas e a jornada de trabalho brasileira que girava em torno de doze a quinze horas diárias foi reduzida para oito horas diárias. A principal argumentação para esta luta era a necessidade de tempo para lazer e para realizar atividades que não seriam possíveis por falta de tempo. Posteriormente outros argumentos ganharam força.

A redução da duração do trabalho, tão em voga atualmente, atende a necessidades da sociedade. A necessidade de criação de um maior número de postos de trabalho e também a possibilidade de os trabalhadores disporem de mais tempo para que possam desenvolver as atividades pessoais que desejam e que não conseguem realizar durante o período em que estão trabalhando. E também para que uma parcela muito maior da população possa desempenhar tarefas profissionais qualificadas, criativas, responsáveis e que permitam ao indivíduo evoluir e renovar-se continuamente. Cabe ressaltar que é justamente nestas tarefas que exigem maior qualificação onde os ganhos de produtividade são mais lentos. Logo, uma redução da duração do trabalho nestas atividades deve criar um maior número de empregos (GORZ, 2003, apud MIRANDA, 2005, pag. 33).

Mas o movimento em prol da redução da jornada de trabalho começa a perder força a partir da década de 80 devido ao fato de “*que o crescimento do desemprego é dado como justificativa pelos governos para flexibilizar a jornada de trabalho, da mesma maneira, as empresas também utilizam este artifício para pressionar os sindicatos a estabelecerem normas menos restritivas*”. Desta forma a jornada de trabalho padronizada “*começa a perder relevância dando espaço às jornadas em regime excepcional*” que começam a ganhar mais importância. É neste contexto que ganha ênfase a idéia de abertura do comércio ao domingos e feriados. (DEDECCA, 2004, apud MIRANDA, 2005)

É importante frisar que para o conjunto da população consumidora a abertura do comércio aos domingos e feriados é benéfica, pois, muitos consumidores não dispõem de tempo no decorrer dos dias úteis para realizar suas compras. Visto pelo lado dos empresários é uma ótima oportunidade de aumentar suas vendas e conseqüentemente seus lucros. Mas o foco deste trabalho está na classe trabalhadora mais precisamente nas mulheres trabalhadoras. Portanto. A seguir serão analisadas as conseqüências da abertura do comércio aos domingos e feriados para as mulheres trabalhadoras do comércio catarinense e seu convívio familiar.

Miranda (2005), através de um estudo realizado no município de São Jose, procurou destacar as conseqüências que o horário livre de comércio exerce sobre a vida das trabalhadoras. De acordo com o estudo, no município o horário livre do comércio foi instituído no ano de 1996 e para conseguir autorização as empresas deveriam apresentar junto à prefeitura o Alvará de Localização e Funcionamento. Desde então “*observa-se uma adesão maciça dos supermercados, bem como das lojas situadas no Shopping Center, e também*

*algumas outras empresas de grande porte localizadas fora do Shopping, à implementação do horário livre do comércio*". O pagamento de horas extras aos funcionários fica a critério de cada estabelecimento, sendo que a maioria opta pelo banco de horas, ou seja, *"prorrogação e compensação da jornada de trabalho"* ao invés de pagar horas extras.

As mulheres catarinenses, assim como as brasileiras, estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho. A busca constante por melhores condições de vida, reconhecimento e independência fizeram a mulher se desdobrar entre os afazeres domésticos e a vida profissional. Tempo disponível para lazer não lhe sobra, seu dia-a-dia é quase insuficiente para desempenhar as duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Mas é importante frisar que mesmo nestas condições, nas últimas décadas, elas vêm conquistando espaços e hoje, pode-se dizer que, elas estão em todos os setores. E sua participação é mais expressiva nos setores de administração pública, serviços e comércio. Sendo que no comércio, de acordo com Vieira (2006), elas em 1999, já representavam 37,81%. *"Este aumento da participação das mulheres na força de trabalho tem induzido a mudanças nos hábitos assim como nas expectativas, tanto no âmbito familiar quanto no profissional"*. A divisão das responsabilidades econômicas dentro dos lares não está sendo acompanhada pela divisão das responsabilidades domésticas. As mulheres realizam suas jornadas de trabalho remunerado assim como os homens, porém nos afazeres domésticos elas não recebem o auxílio do homem e acabam gastando muito tempo na realização destas tarefas. (BATTHYÁNY, 2004, apud MIRANDA, 2005).

Miranda (2005) destaca que dentre as 30 mulheres entrevistadas durante a pesquisa, a maioria eram mães, 24 delas, e para estas trabalhar aos domingos e feriados passou a ser um sacrifício muito grande, principalmente para aquelas com filhos pequenos. Isto porque durante a semana é fácil de encontrar lugar para deixar as crianças, creches, escolas, etc., porém nos finais de semana e feriados a situação fica complicada, pois estes estabelecimentos encontram-se fechados. A mulher casada tem a opção de deixar os filhos com o esposo, desde que este não trabalhe também no comércio, mas para as mulheres solteiras e separadas a situação é mais complicada, as mesmas têm dificuldade de encontrar alguém que possa tomar conta de seus filhos enquanto trabalham.

Outra consequência do livre horário do comércio é a fragmentação das relações familiares. Domingos e feriados são os dias em que as famílias costumam se reunir e quem trabalha nestes dias acaba não participando das reuniões familiares. Isso acaba gerando atritos conjugais, afastando a mulher do convívio com os filhos e das relações familiares. Sem

contar que na sua folga semanal o restante da família não se encontra em casa, pois, durante a semana os filhos estudam ou estão na creche e os esposos também trabalham. Estas trabalhadoras não possuem um dia fixo para folgar, geralmente, elas ficam sabendo no início da semana qual será o dia de sua folga. A folga é determinada pela empresa em dias de menores movimentos. (MIRANDA, 2005).

Suas folgas são usadas, na maioria dos casos, para arrumar a casa, lavar as roupas, ou seja, mais uma vez a dupla jornada de trabalho se faz presente. Elas acabam não tendo tempo pra cuidar de si próprias, vivem em função do trabalho e da família não conseguem estudar, se atualizar. A seguir, Miranda (2005) apresenta o relato de duas trabalhadoras do comércio, que vivem a experiência do horário livre do comércio:

No dia da minha folga, que geralmente é um dia de semana, eu faço uma faxina geral em casa, arrumo os guarda-roupas, faço tudo o que não deu tempo para fazer durante a semana de trabalho. Deixa para fazer compras e outras obrigações como pagar contas, sempre na minha folga. Quando sobra um tempinho nem penso, aproveito para dormir e descansar um pouco (Comerciária de 32 anos, funcionária de um supermercado, apud MIRANDA, 2005, pag. 51).

Eu uso o dia da minha folga para arrumar a casa e dar um pouco mais de atenção para o meu filho, na tentativa de compensar um pouquinho a minha ausência durante tanto tempo em função do meu trabalho. Quando a minha folga cai num domingo, aproveito para passear na casa de alguém e ficar mais tempo junto com meu filho (empregada de uma loja no Shopping, com 25 anos de idade, apud MIRANDA, 2005, pag. 51).

Os relatos acima resumem a situação das mulheres trabalhadoras do município de São José, mas é uma realidade que pode ser aplicada a todas as trabalhadoras do comércio que, devido às circunstâncias, precisam abrir mão de um almoço em família no domingo, de curtir os filhos nos feriados para trabalhar. Elas acabam abrindo mão de coisas essenciais, como acompanhar o crescimento dos filhos e passear com a família. Deixam de lado a possibilidade de descanso nos seus dias de folga para, assim, poder realizar as tarefas domésticas. E garantir o suprimento das necessidades básicas dos membros da família.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar o processo de inserção e expansão da participação feminina no mercado de trabalho, este estudo partiu de uma contextualização histórica sobre os impactos da globalização sobre as economias. O entendimento desta questão, a globalização e seus impactos sobre as economias, se fez necessário para que fosse desenhado o panorama da situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e posteriormente do catarinense.

Iniciou-se, o estudo, com uma constatação de que a globalização em conjunto com as inovações tecnológicas propiciou o surgimento de um novo paradigma organizacional e provocou uma reestruturação total do mercado de trabalho.

As transformações econômicas e sociais causaram fortes influências sobre a estrutura do mercado de trabalho, bem como sobre as relações oriundas deste. Neste novo contexto o conhecimento se tornou matéria-prima indispensável ao desenvolvimento das organizações.

O mercado de trabalho passou a ser cada vez mais exigente e competitivo. Os altos índices de desemprego e a intensificação do uso de tecnologias avançadas, que substituíram a força de trabalho humana pela utilização de máquinas sofisticadas, levaram os trabalhadores a uma busca contínua por qualificação profissional. E ser qualificado, neste cenário, passou a representar maior segurança no emprego e maior possibilidade para os que estão à procura de uma vaga.

Posteriormente abordou-se que, dentro do contexto de transformações ocorridas no mercado de trabalho, o aumento da participação das mulheres merecia destaque, e na realidade este foi o foco principal do estudo. Movidas pelo desejo de realização profissional ou pela necessidade de complementar o orçamento doméstico, elas saíram à procura de um posto de trabalho. Assim, com o passar do tempo, elas foram conquistando espaços, rompendo barreiras e enfrentando desafios.

No Brasil este processo ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 70 e foi marcado, desde o princípio, por condições precárias. As mulheres, não só no Brasil, como na maioria dos países, sofreram, e ainda sofrem todos os tipos de discriminação.



Pôde-se verificar, no decorrer do estudo, que entre as muitas discriminações sofridas pelas mulheres, algumas persistem há décadas. Entre elas, merecem destaque: os salários que são inferiores aos dos homens, as ocupações que, geralmente, são marcadas pela precarização, por movimentos repetitivos e por um ritmo de trabalho intenso. E mais, as mulheres, ainda são minorias em cargos de chefia, encontram-se ocupadas em maior número nos serviços e no comércio e muitas vezes são consideradas exteriores aos processos inovativos e excluídas dos processos de tomada de decisão das empresas, onde se encontram ocupadas. Isto ocorre em todos os estados brasileiros e é bastante forte em Santa Catarina.

Também se abordou a questão da mulher negra que é duplamente vítima de discriminações, pois além de sofrer preconceito por ser mulher, também sofre por ser negra. Estas mulheres, embora possuam presença expressiva no mercado de trabalho, são mais expostas a precarização, a baixos salários e ao desemprego. De acordo com Silva (2008), no Brasil, do total de mulheres negras, 21,7% encontram-se empregadas nos serviços domésticos. Ou seja, de cada 100 mulheres negras, aproximadamente 22 estão ocupadas nos serviços domésticos.

As mulheres ainda são a maioria das responsáveis pelos afazeres domésticos, isto ocorre em grande parte das famílias brasileiras, independentemente de realizarem atividades econômicas ou não. Muitas possuem duplas, ou até triplas jornadas de trabalho. São profissionais e cumprem sua jornada de trabalho diária, fora de casa, e dentro de casa cuidam do suprimento das necessidades básicas dos membros da família, são esposas e mães ao mesmo tempo.

Na seqüência, tratou-se da mulher catarinense no mercado de trabalho. Onde foram destacados pontos importantes tais como: a situação da trabalhadora catarinense, seu nível educacional, sua remuneração, os setores de atividade onde sua participação é mais expressiva, a questão da terceirização e finalmente a questão das trabalhadoras do comércio.

A situação da mulher catarinense é semelhante a da mulher brasileira. As mulheres do estado possuem nível educacional superior ao masculino, sua remuneração é menor que a do homem, elas estão presentes de maneira mais expressiva nas atividades administrativas, nos serviços e no comércio, são minorias em cargos de chefia e pouco participam de processos decisórios das empresas onde trabalham.

No caso das trabalhadoras terceirizadas, a situação não é diferente, pois estas desempenham suas jornadas em troca de baixos salários, não possuem poder de negociação e são as responsáveis pelos afazeres domésticos, não lhe restando tempo para lazer. A mesma situação pode ser observada no caso das trabalhadoras do comércio, que, com o livre horário de funcionamento, acabam não tendo tempo para participar de reuniões em família, pois, como trabalham nos domingos e feriados, suas folgas não coincidem com a dos outros familiares.

Finalmente cabe destacar que a mulher, no decorrer de sua trajetória vem conquistando cada dia mais espaço no mercado de trabalho. Elas estão presentes em todos os setores, embora timidamente, começam a ocupar espaços que até então eram ocupados exclusivamente por homens. Já superaram vários obstáculos, conquistaram muitos ideais, através da luta, da busca por melhores condições de vida e do reconhecimento de suas capacidades. Porém, ainda há muito a conquistar, principalmente no que tange a igualdade dos sexos, ao fim das diferenças salariais, das ocupações precárias e da falta de oportunidades. O caminho é longo e árduo, mas não resta dúvida que, embora leve muito tempo, elas chegarão “lá”, ou seja, conquistaram a tão sonhada igualdade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, Boitempo, 6º ed, 2002.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302004000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000200003&lng=pt&nrm=iso). Acessado em 09 de set de 2008.

ARIENTI, Patrícia; Campos, Antonio C. de. **Uma Análise Crítica do Modelo de Crescimento Econômico Brasileiro da Década de 90.** Pesquisa e Debate, São Paulo, 2003, vol. 14.

ARROIO, Ana; RÉGNIER, Karla. **O Novo Mundo do Trabalho: Oportunidades e Desafios para o Presente.** Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/272/boltec272d.htm>. Acessado em 22 de set de 2008.

BERTUZZI, Laura. **As Transformações do Mercado de Trabalho Brasileiro a Partir de 1990 Frente às Transformações do Capitalismo no Final do Século XX.** Florianópolis, UFSC, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres.** Disponível em: [http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/tesouro/arquivos/Apresentacao\\_Introducao.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/tesouro/arquivos/Apresentacao_Introducao.pdf). Acessado em: 05 de set de 2008.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. **Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios.** Disponível em: [http://www.mulheresnobre.org.br/pdf/PMB\\_Cap3.pdf](http://www.mulheresnobre.org.br/pdf/PMB_Cap3.pdf). Acessado em 28 de set de 2008.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho das Mulheres no Brasil Continuidades e Mudanças no período 1985-1995.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Disponível em: [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm). Acessado em 11 de out de 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Vol. I de A Era Da Informação: Economia, Sociedade E Cultura. São Paulo. Paz e Terra, 1999a, 6º ed.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** Vol. II de A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

COSTA, Carlito. **Mais estudo, mas menos salário.** Mulheres catarinenses entram no mercado de trabalho ganhando 14,7% a menos que os homens. Disponível em: <http://www.an.com.br/2007/mar/07/0des.jsp>. Acessado em 28 de set de 2008.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Equidade de Gênero nas Negociações Coletivas**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/eslout97.xml>. Acessado em 23 de ago de 2008.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano**: inserção marcada pela dupla discriminação. Disponível em: [http://www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005\\_mulhernegra.pdf](http://www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005_mulhernegra.pdf). Acessado em 26 de set de 2008

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A Terceirização na Petrobras** – Alguns Pontos Para Reflexão. Disponível em: <http://www.fup.org.br/dieese2.pdf>. Acessado em 10 de out. de 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres Brasileiras, Educação E Trabalho**. Disponível em: [http://www.fcc.org.br/mulher/series\\_historicas/mbet.html](http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mbet.html). Acessado em 26 de set de 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres no Mercado de Trabalho**: grandes números. Disponível em: [http://www.fcc.org.br/mulher/series\\_historicas/mmt.html](http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html). Acessado em 25 de set de 2008.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **A mulher no espaço público e privado-2001/renda**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=234>. Acessado em 26 de ago de 2008.

FURLANETTO, Marco Antonio. **A mulher e a dupla jornada de trabalho**. Disponível em: [http://www.catho.com.br/jcs/inpuer\\_view.phtml?id=1703](http://www.catho.com.br/jcs/inpuer_view.phtml?id=1703). Acessado em 27 de set de 2008.

GALEAZZI, Irene M. S. **Mulheres Trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2001/artigo4.pdf>. Acessado em: 03 de set de 2008

GALEAZZI, Irene; GARCIA, Lúcia. **As mulheres negras no mercado de trabalho da RMPA**: a sobreposição de discriminações. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2003/artigo2.pdf>. Acessado em 28 de set de 2008.

GARBIN, Sandra. **Trabalho feminino e terceirização**: um estudo de caso. Florianópolis, UFSC, 2006.

GARCIA, Sandro Ruduit. **Reestruturação produtiva e terceirização de trabalho no Brasil**: considerações sobre o estudo de uma rede de empresas em telecomunicações. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgsocio/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o-RuduitGarcia.pdf>. Acessado em 11 de out. de 2008.

GELINSKI, Carmen R. Ortiz G; RAMOS, Ivoneti da Silva. **Mulher e Família em Mutação**: onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino? **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre, FEE, v. 4, p. 141-148, 2004.

GORENDER, Jacob. **Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141995000300007&script=sci\\_arttext&thg=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141995000300007&script=sci_arttext&thg=en)  
Acessado em: 30 de agosto de 2008.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. ISBN, São Paulo 2002.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981 – 2002**. Disponível em : <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>.  
Acessado em 25 de set de 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Estudo Especial Sobre a Mulher-PME**. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1099&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1099&id_pagina=1). Acessado em 22 de set. de 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Fecundidade, Natalidade e Mortalidade**. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/fecundidade.html#anc1>. Acessado em 27 de set de 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Disponível em:  
[http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=954&id\\_pagina=1](http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=954&id_pagina=1). Acessado em 28 de set de 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada **Oferta de Força de Trabalho Brasileira: Tendências e Perspectivas**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>. Acessado em 08 de out. de 2008.

KON, Anita. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho**. Disponível em:  
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnitaKon.pdf>.  
Acessado em 12 de out de 2008.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **Globalização e reestruturação produtiva o Brasil na berlinda?** Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n03/v12n03\\_12.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n03/v12n03_12.pdf).  
Acessado em 12 de out de 2008.

LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José; LEMOS, Cristina; MALDONADO, José; VARGAS, Marco. **Globalização e Inovação Localizada**. Disponível em:  
<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P1/texto/NT01.PDF>. Acessado em: 13 de set de 2008.

MACHADO, Natália Maria Alves. **“Mulheres Negras: Tensões Raciais e de Gênero nas Relações Afetivas”**. Disponível em:  
<http://www.igualdaderacial.unb.br/pdf/MulheresNegras.pdf>. Acessado em 01 de out. de 2008.

MARCELINO, Paula. **Afinal, o que é terceirização?** Em busca de ferramentas de análise e de ação política. Disponível em:

<http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegada%20v.%208%20n.%202%20pdf/4%20Texto-Paula.pdf>. Acessado em 11 de out de 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MATTEI, Lauro. **Globalização Econômica e Exclusão Social: duas faces da mesma moeda**. Economia- Ensaios. Uberlândia, 2002, p. 77-101.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia Catarinense no limiar do século XXI**. Texto para discussão n° 08/2001, UFSC, Florianópolis, 2001, p 01-19.

MATTEI, Lauro; VENTURI, Aline Zeli. **Condições de inserção da mulher no mercado de trabalho**: Evidências a partir de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/gecon/>. Acessado em 06 de out. de 2008.

MIRANDA, Rosemar. **O impacto do horário livre do comércio na vida e na família das mulheres comerciárias**. Um estudo de caso sobre o município de São José. Disponível em: [http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord\\_mono/2005.1/Rosemar%20Miranda.pdf](http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2005.1/Rosemar%20Miranda.pdf). Acessado em 12 de out. de 2008.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Globalização da Economia, Exclusão Social e Instabilidade**. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/globalizacaoeconomia.html>. Acessado em 14 de set de 2008.

MORAES, Eunice Léa de. **Construindo Identidades Sociais**. Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional. Disponível: <http://www.mte.gov.br/discriminacao/ConstruindoIdentidades.pdf>. Acessado em 01 de out. de 2008.

NAGEM, Carine Murta. **As Transformações nos Modos de Organização do Trabalho e Suas Repercussões Atuais**: Desemprego e Exclusão Social. Disponível em: [www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/Ano2\\_08\\_2003\\_arquivos](http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/Ano2_08_2003_arquivos). Acessado em 23 de ago de 2008

NICOLAU, José Antonio. **A Indústria Catarinense na Década de 1990: em busca de novo ciclo de crescimento**. In: CÀRIO Silvio Antonio Ferraz; PEREIRA, Laércio Barbosa; SCHUNEMANN, Achiles Júlio. Características da Estrutura de Mercado e do Padrão de Concorrência de setores Industriais Selecionados de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002. p. 11-36.

OIT. **Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego**. Módulo 1 – Tendências, problemas e enfoques: um panorama geral. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=167>. Acessado em 10 de ago de 2008.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. **A Inserção no Trabalho Segundo a Condição na Família**: dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2004/artigo2.pdf>. Acessado em: 04 de set de 2008.

OSNILDO FILHO, Vieira. **Principais tendências do emprego formal em Santa Catarina.** Período: 1986 a 1998. Disponível em: [http://www.sine.sc.gov.br/diversas/arquivos/27\\_emplo\\_formal\\_86-98.pdf](http://www.sine.sc.gov.br/diversas/arquivos/27_emplo_formal_86-98.pdf). Acessado em 30 de set de 2008.

OSNILDO FILHO, Vieira. **RAIS 2005** – Principais resultados e características do emprego formal em Santa Catarina. Disponível em: [http://www.sine.sc.gov.br/diversas/arquivos/29\\_rais\\_2005\\_principais\\_resultados\\_do\\_emplo\\_formal.pdf](http://www.sine.sc.gov.br/diversas/arquivos/29_rais_2005_principais_resultados_do_emplo_formal.pdf). Acessado em 06 de out. de 2008

PADOIN, Egre T. **Estudo revela situação da mulher no mercado de trabalho Em Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/modules/news/print.php?storyid=64>. Acessado em 01 de out. 2008.

PADOIN, Egre T. **Estudo revela situação da mulher no mercado de trabalho Em Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/modules/news/print.php?storyid=852>. Acessado em 02 de out de 2008.

PILLATTI, Claudia Teresa. **O Mercado Formal de Trabalho Catarinense Frente às Mudanças no Mercado de Trabalho Brasileiro na Década de 1990.** Florianópolis, UFSC, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>. Acessado em 20 de set. de 2008.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo, 2001. Boitempo editorial. 1º ed.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego no Capitalismo Globalizado.** Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/Revista/1/pochmann.htm> . Acesso em 13 de ago de 2008.

PRAXEDES, Rosângela Rosa. **Mulheres Negras: reflexões sobre identidade e resistência.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/026/26rpraxedes.htm>. Acessado em 29 de set. de 2008.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho.** Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf> . Acessado em 26 de ago. de 2008.

RAMOS, Ivoneti da Silva. **Mulheres no Terceiro Setor da Economia: O Mito da Emancipação Feminina.** Florianópolis, UFSC, 2006.

ROSSO, Sadi Dal. **A Jornada de Trabalho na Sociedade: o castigo de prometeu.** São Paulo, LTR, 1º ed. 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. **Do artesanal ao Industrial: a exploração da mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

SANDEN, Ana Francisca Moreira de Souza. **A mulher e o Mercado de Trabalho no Brasil Globalizado.** Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia.jsp?d=8458>. Acesso em 02 de ago. de 2008.

SANTOS, Tânia Steren dos. **Divisão Sexual do Trabalho na Indústria Calçadista do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul: visibilizando práticas e representações.** Disponível em: <http://www.fee.com.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo4.pdf>. Acessado em 05 de set de 2008.

SECRETARIA DO ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO. **A realidade da mulher catarinense no mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/modules/news/print.php?storyid=852>. Acessado em 28 de set de 2008.

SHINYASHIKIO, Roberto. **A mulher de hoje e do futuro estará cada vez mais sendo chamada à responsabilidade profissional, familiar, dedicação e ternura.** Disponível em: <http://www.sinap.org.br>. Acesso em 21 de set. de 2008.

SILVA, Rosane. Trabalho doméstico: uma reflexão necessária. Disponível em: <http://www.cut.org.br/site/start.cut?infoid=17669&sid=21>. Acessado em 26 de set de 2008.

SOARES, Segei; SERVO, Luciana M. Santos; ARBACHE, Jorge Saba. **O Que (Não) Sabemos Sobre a Relação Entre Abertura Comercial e Mercado de Trabalho no Brasil.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2001/td\\_0843.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0843.pdf). Acessado em 06 de set de 2008.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td\\_769.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_769.pdf). Acessado em 26 de set de 2008.

SOUZA, Elizabeth Lobo. **A Classe operária tem dois sexos.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEENBOCK, Mario. **A mulher e o mercado de trabalho.** Disponível em: [http://www.administradores.com.br/artigos/mulher\\_e\\_mercado\\_de\\_trabalho/13438/](http://www.administradores.com.br/artigos/mulher_e_mercado_de_trabalho/13438/). Acessado em 21 de set. de 2008

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. **Gênero Feminino no Contexto Fabril: setor eletrodoméstico em Curitiba e região metropolitana na década de 1990.** Disponível em: <http://www.ppgte.cefetpr.br/dissertacoes/2000/lourdes.pdf>. Acessado em 26 de set de 2008.

TONI, Miriam De. **Para Onde Vai o Mercado de Trabalho? A tendência à Precarização das Relações de Trabalho – um estudo da região metropolitana de Porto Alegre.** Disponível em: [http://www.fee.com.br/sitefee/download/teses/teses\\_fee\\_08.pdf](http://www.fee.com.br/sitefee/download/teses/teses_fee_08.pdf). Acessado em 11 de set de 2008.

TORRES, Maria Adriana da S. **A Divisão Sexual do Trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho.** Disponível em: [http://www.fchf.ufsc.br/possociologia/stg2006/docpdf/C%F3pia%20de%20stg2006\\_01.pdf](http://www.fchf.ufsc.br/possociologia/stg2006/docpdf/C%F3pia%20de%20stg2006_01.pdf). Acessado em 04 de set de 2008.

VENTURI, Aline Zeli. **A evolução do emprego Formal em Santa Catarina A partir de 1990.** Disponível em: [http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord\\_mono/2007.1/Aline%20venturi.pdf](http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2007.1/Aline%20venturi.pdf). Acessado em 28 de set de 2008.



VIANNA, Maria. **Trabalho feminino ajuda a aquecer a economia**: comportamento dos mercados muda a forma como a sociedade enxerga a mulher. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/vidafeminina/noticia/detalhe/Trabalho-feminino-ajuda-a-aquecer-a-economia.html>. Acessado em 30 de set de 2008.

VIEIRA, Rosele Marques; ROHDEN, Ane. **Mercado de trabalho e a reestruturação produtiva**: um estudo do emprego formal no estado de Santa Catarina. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001\\_TR80\\_0736.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR80_0736.pdf). acessado em 05 de out de 2008.

VIEIRA, Taiana Jerusa. **A expansão do trabalho feminino no mercado formal de trabalho catarinense nos anos de 1990**. Disponível em: [http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord\\_mono/2006.1/Taiana%20Jeruza%20Vieira.pdf](http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2006.1/Taiana%20Jeruza%20Vieira.pdf). Acessado em 01 de out de 2008.